

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ONTOLOGIA E LINGUAGEM

WILKER SABINO FERREIRA

**A TEORIA DE ROSENTHAL SOBRE A CONSCIÊNCIA DE ESTADOS MENTAIS E
O PROBLEMA DOS ESTADOS MENTAIS INCONSCIENTES**

RECIFE/2017

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM FILOSOFIA – MESTRADO
LINHA DE PESQUISA: ONTOLOGIA E LINGUAGEM

WILKER SABINO FERREIRA

**A TEORIA DE ROSENTHAL SOBRE A CONSCIÊNCIA DE ESTADOS MENTAIS E
O PROBLEMA DOS ESTADOS MENTAIS INCONSCIENTES**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre do Curso de Mestrado do programa de pós-graduação em filosofia da Universidade Federal de Pernambuco. Orientador: Prof. Dr. Tárík de Athayde Prata.

RECIFE/2017

À minha família e amigos.

AGRADECIMENTOS

Realmente não teria como elaborar uma ordem a partir da qual elencaria quais pessoas importantes deveriam estar em primeiro lugar na concessão de significativo apoio a minha trajetória filosófica que sei bem, apenas se inicia. Sou grato por suas respectivas ajudas e compreensões que me fazem amadurecer sempre mais a cada dia e reconhecer para com todas elas uma eterna dívida de gratidão.

Assim apenas posso descrevê-las a partir de um critério como o de tempo de convivência, mas de grau de importância, jamais. À minha família por acreditar que seria possível um momento tão importante tal qual o que vivo agora, e pelo apoio de várias ordens que dela pude receber. A alguns caros amigos de graduação que a sua maneira me fizeram crer que é sempre possível ir mais longe, aos competentíssimos professores de graduação que puderam com sua experiência proporcionar concepções importantíssimas que fomentaram minha formação filosófica em andamento, em especial ao meu orientador Tárík Prata que com seu grande conhecimento filosófico, experiência e solicitude de sempre, me fez aprender muito sobre pesquisa acadêmica durante os últimos dois anos. Não poderia deixar de agradecer também pela contribuição do professor de graduação e mestrado Érico Andrade que com sua postura incentivadora da autonomia filosófica para com os estudantes de modo geral, permite gerar formações acadêmicas sempre melhores.

A todos os que compõem a equipe do PPGFIL da UFPE (secretários (as) e professores), pois é notável seu empenho em ajudar e resolver problemas sempre que necessário. E por fim a todos que direta ou indiretamente contribuíram para que minha disposição em iniciar esta pesquisa fosse possível.

“Consciousness is so basic to the way we think about the mind that it can be tempting to suppose that no mental states exist that are not conscious states. Indeed, it may even seem mysterious what sort of thing a mental state might be if it is not a conscious state.”

David Rosenthal (*Two Concepts of Consciousness*, 1997, p. 329).

RESUMO

Meu objetivo no presente texto é realizar uma análise dos principais pontos estruturais da teoria da consciência de David Rosenthal (*Higher Order Thought*), expostos em seus importantes artigos *Two Concepts of Consciousness* (1986) e *A theory of consciousness* (1997); bem como o impacto de algumas críticas que são imputadas a esse tipo de teoria por Valerie Hardcastle em seus textos *Locating Consciousness* (1995); e *HOT theories of consciousness: More sad tales of philosophical intuitions gone astray* e *Constructing the Self* (2004). Viso com tal análise propor uma contribuição acerca de até onde é possível responder adequadamente os problemas que envolvem a seguinte questão: o que torna um estado mental um estado consciente? No presente trabalho notar-se-á que não se configura tão simples (como de praxe na literatura filosófica sobre consciência) responder prontamente o que está envolvido na experiência consciente, entretanto contribuições isoladas a partir das questões e réplicas adequadas podem se fazer notar como cruciais nesta seara. Alguns dos principais problemas adicionais, mas não menos importantes seriam: uma parte inconsciente em nosso psiquismo é um fato? Julgando, é claro, que isso não seja unânime na literatura filosófica da mente. É possível considerar estados mentais que não sejam conscientes? Como veremos a resposta a essa questão será decisiva para a viabilidade da teoria H.O.T. Dentre as mais significativas estas que acabam de ser citadas movem a pesquisa por assim dizer.

PALAVRAS-CHAVE: Consciência de estado, Inconsciente, Pensamento, Correlatos Neurais, Memória.

ABSTRACT

My objective in this paper is to perform an analysis of the main structural points of theory of consciousness of David Rosenthal (*Higher Order Thought*), set out in his important articles *Two Concepts of Consciousness* (1986) and *A Theory of Consciousness* (1997); as well as the impact of some criticisms that are imputed to this type of theory by Valerie Hardcastle in her texts *Locating Consciousness* (1995); and *H.O.T theories of consciousness: More sad tales of philosophical intuitions gone astray* and *Constructing the Self* (2004). My objective with such analysis is propose a contribution as far as it is possible to adequately answer the problems that involve the following question: what makes a mental state a conscious state? In the present work it will be noted that it is not so simple (as is customary in the philosophical literature on consciousness) to respond readily to what is involved in conscious experience, however isolated contributions from the questions and adequate replicas may be noted as crucial in this section. Some of the major additional problems, but no less important would be: Is an unconscious part of our psyche a fact? Judging, of course, that this is not unanimous in the philosophical literature of the mind. Is it possible to consider mental states that are not conscious? As we shall see the answer to this question will be decisive for the viability of the H.O.T theory. Among the most significant these questions that have just been quoted move the research so to speak.

KEYWORDS: Consciousness of state, Unconscious, Thought, Neural Correlates, Memory.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. CAPÍTULO 1: A TEORIA H.O.T	12
1.1 Que propriedades compõem os estados mentais?.....	12
1.2 Vantagens explicativas da teoria H.O.T em relação à imagem cartesiana do mental.....	16
1.3 Objeções possíveis a teoria H.O.T e réplicas de Rosenthal.....	20
1.4 A estrutura da teoria H.O.T no texto A theory of consciousness.....	22
2. CAPÍTULO 2	36
2.1 Evidências de um psiquismo inconsciente?.....	36
2.2 Diferenças entre estados mentais conscientes e inconscientes: considerações sobre conteúdo e estrutura.....	41
2.3 A consciência a partir da teoria dos múltiplos sistemas de memória de Hardcastle.....	43
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS	58
4. REFERÊNCIAS	69
5. ANEXOS	72

INTRODUÇÃO

Podemos considerar que a consciência é sem sombra de dúvida a questão mais intrigante dentre as mais abordadas na atual filosofia da mente. Desde as tentativas da edificação do que seria uma promissora neurofilosofia ao final da década de 1980, passando pelo ceticismo em relação à temática e mesmo pela colocação da possibilidade de resolução do enigma da consciência apenas com a dissolução do *Hard Problem*,¹ parecemos ainda estar imersos em muito ou mesmo em igual mistério. Daí a justificativa mais evidente para que uma pesquisa sobre o fenômeno da consciência continue a ter o seu lugar de importância. Diante dos rumos a que a presente pesquisa me levou, me propus a analisar a estrutura e os principais argumentos presentes nas Teorias da consciência como monitoramento de ordem superior (*Higher-order theorys of consciousness*); estas surgem com o intuito de propor sua contribuição a um dos principais problemas sobre a consciência, qual seja o da questão sobre *o que torna* um estado mental um estado consciente (questão que me deu fôlego a iniciar a presente investigação). De modo geral o argumento de tais teorias gira em torno da idéia de que é que um *mecanismo metapsicológico* o responsável pela possibilidade de nos tornarmos conscientes de certos estados mentais havendo, no entanto, variação sobre qual seria a descrição mais adequada desse mecanismo a uma hipótese viável sobre o fenômeno consciente se uma *Higher-order perception*, se um *Higher-order thought* ou um *Higher-order global states*.² Apesar de possuírem um ponto de partida comum, essas diferenças supracitadas resguardam sutilezas que definem conclusões distintas para cada teoria em separado. Eu direcionei minha pesquisa pela análise dos argumentos da teoria H.O.T de David Rosenthal, (especialmente 1986, 1997) a julgar pela força intuitiva de seus argumentos. Fiz isso à luz de críticas tecidas por Velérie Gray Hardcastle (1995, 2004, 2008); não apenas pelo fato de a mesma ter feito críticas diretas à teoria H.O.T de Rosenthal propriamente dita, mas pelo fato de que a crítica termina por se estender a outros trabalhos importantes sobre processos conscientes na medida em que pode ser atribuída, por exemplo, a trabalhos de outros autores defensores de teorias como as H.O de modo geral.

¹ Faço alusão a neurofilosofia dos Churchlands, o ceticismo dos New Misterians (que tem por principal expoente Colin McGinn) e ao *Hard Problem* de David Chalmers.

² Ver mais nas páginas V, VI e VII de GENNARO, 2004.

Isso me levou a exploração das seguintes questões importantes: 1): o que torna um estado mental um estado consciente? 2): quais propriedades compõem os estados mentais de modo geral? 3): em que criaturas conscientes diferem das que não o são? 4): existe uma parte inconsciente em nosso psiquismo? 5): podemos considerar que a propriedade de ser consciente é a marca definidora do mental? 6): há evidências suficientes de que o que predomina no mental é algo inconsciente? 7): as teorias filosóficas da consciência atualmente podem se furtar ao diálogo com as descobertas da psicologia cognitiva, por exemplo? 8): estados conscientes e inconscientes diferem apenas em termos da variação de conteúdo qualitativo e representativo ou em sua estrutura fundamental? 9): é mais pertinente uma abordagem de base fenomenológica do fenômeno consciente ou uma que tenha seu ponto de partida nas ciências empíricas?

Julguei que foi necessário compor este trabalho por dois capítulos e considerações finais onde procuro me posicionar de modo decisivo sobre as principais questões presentes no trabalho. A estrutura do presente texto compõe-se do seguinte modo: capítulo 1: A teoria H.O.T, composto pelas seguintes seções: 1.1 Que propriedades compõem os estados mentais? Onde ensejo a exploração das questões 1, 2, e 3 do grupo de questões citado no segundo parágrafo da presente introdução, 1.2 Vantagens explicativas da teoria HOT em relação a imagem cartesiana do mental; onde delimito o que segundo David Rosenthal seria vantajoso em sua teoria em detrimento do que ele classifica como imagem cartesiana do mental onde a consciência enquanto acesso seria sua marca definidora, 1.3 Objeções possíveis a teoria H.O.T, onde demarco que objeções segundo Rosenthal podem ser levantadas contra a teoria H.O.T, 1.4 A estrutura da teoria H.O.T no texto *A theory of consciousness* (o mesmo que Rosenthal, 1997) onde apresento a estrutura geral deste texto e os principais argumentos nele presentes. Capítulo 2, composto pelas seguintes seções: 2.1 Evidências de um psiquismo inconsciente? Aqui exploro as considerações que nos levariam a adotar ou não a postura de que o inconsciente é um fato em nossa vida mental, além das conseqüências que isso gera para uma teoria da consciência; 2.2 Diferenças entre estados mentais conscientes e inconscientes: considerações sobre conteúdo e estrutura, 2.3 A consciência a partir da Teoria dos múltiplos sistemas de memória de Hardcastle, onde finalmente analiso em maiores detalhes as conseqüências que as críticas dessa teoria impõem a teoria H.O.T de David Rosenthal; como é possível uma defesa de alguns pontos da teoria H.O.T a meu ver alcançados pelas críticas que lhes são imputadas, através das réplicas adequadas, e porque

uma ponderação entre duas abordagens tão distintas do problema da consciência é necessária, não podendo em última análise uma abandonar de modo definitivo os pressupostos da outra sob pena de permanecerem sem explicar minimamente alguns fenômenos tão caros a nossa intuição sobre o mental (ex. sensações fenomenológicas sobre vários eventos mentais), pois nem as abordagens filosóficas nem científicas, de modo isolado, foram capazes de explicá-los suficientemente bem; talvez encontrar a forma correta de construir esse diálogo seja uma boa diretriz, pois as tentativas das últimas décadas sobre alguns aspectos ainda parecem ser bastante especulativas apenas.

Por último, faço considerações finais acerca das principais temáticas abordadas ao longo da dissertação. Colocando-me do modo mais claro possível sobre as questões que são mais decisivas para um posicionamento teórico minimamente viável acerca do fenômeno mental consciente; levando em consideração o que cada uma das principais características das duas principais teorias abordadas aqui traz de contribuição a uma clarificação natureza da consciência tendo em vista a razoabilidade de seus pressupostos.

CAPÍTULO 1. A TEORIA H.O.T

1.1 Que propriedades compõem os estados mentais?

Para termos um debate viável sobre a categoria dos estados mentais conscientes propriamente ditos, certamente precisa ficar claro quais propriedades compõem os estados mentais de um modo geral. Rosenthal parte do pressuposto básico de que todo e qualquer estado mental apresenta pelos menos uma das duas propriedades seguintes: intencionais ou fenomenais. Isso simplesmente quer dizer que algo tem uma propriedade intencional se possui conteúdo proposicional³ e propriedades fenomenais se remetem a nossas experiências qualitativas. Parece razoável a afirmação de que “alguns estados mentais podem ter ambas as propriedades. [Por outro lado] (...) nós não consideraríamos [algo] um estado mental a menos que tivesse alguma propriedade intencional ou fenomenal.”⁴ (ROSENTHAL, 1986, p. 332). Visando ainda demarcar a diferença entre as propriedades dos estados mentais propriamente ditos e outras que lhes são extrínsecas, mas que, no entanto podem erroneamente ser atribuídas aos mesmos, o autor escreve:

A vermelhidão introspectiva de uma sensação visual não é a mesma propriedade que a vermelhidão perceptível de um tomate, por exemplo, uma vez que cada uma pode ocorrer na ausência de outra (...). [Destarte], estados mentais não são objetos em todos os seus aspectos, e, portanto, não podem ter as mesmas propriedades de forma e cor que os objetos físicos têm. (ROSENTHAL, 1986, p. 332).

Já quando nos referimos a intencionalidade propriamente isso representa notadamente maiores obstáculos em termos explicativos, pois envolve elementos mais complexos do que a experiência fenomenal já que a intencionalidade tem sempre por fonte algum conteúdo proposicional que tanto pode ser sobre *objetos* e *coisas* propriamente ditas quanto sobre *informações* diversas acerca dos mesmos. Parece relativamente mais fácil relatarmos de alguma maneira nossas experiências qualitativas, mesmo que em última análise não possamos compartilhá-las fidedignamente tal como a experienciamos. Conteúdos mentais ligados a

³ Sobre um relato mais detalhado dessas propriedades na discussão contemporânea sobre consciência veja-se: BLOCK, N.; FLANAGAN O. & GÜZELDERE, G. 1997, Pags. 22-24. Para uma explanação ampliada da discussão atual sobre consciência ver toda introdução (pags. 1-68).

⁴ A tradução deste e demais trechos do original foram feitas por mim. Cf. trechos correspondentes nos originais.

intencionalidade como, por exemplo, uma crença ou uma determinada emoção não podem ser facilmente descritas em detalhes como quando eu descrevo quando tive uma dor aguda ou leve ao me cortar e meu interlocutor entende de imediato o que digo. Em suma, propriedades intencionais sejam talvez mais intensas em nosso fluxo de consciência, mas são ao mesmo tempo tão precisas e rápidas que no mais das vezes nos apegamos a memórias qualitativas porque estas últimas nos fornecem demonstrações e retratos dos elementos constitutivos do mundo que conhecemos.

Tais esclarecimentos se tornam importantes aqui na medida em que Rosenthal, ao apresentar a estrutura de sua teoria da consciência propriamente dita, irá expor argumentos visando demonstrar que por pertencer a uma determinada herança de concepções sobre o mental [à cartesiana] nossa intuição naturalmente dá grande ênfase à *propriedade de ser consciente* como marca do mental não havendo separação de tal propriedade das qualitativas (fenomenais) e representativas (intencionais). Segundo o autor é impossível uma compreensão satisfatória do fenômeno mental consciente pensando estas três propriedades conjuntamente; ou seja, entender o fenômeno mental consciente como relacional, passando pela consideração das propriedades fenomenais e intencionais em separado é necessário para não se cair no regresso de explicar consciência em termos de consciência.⁵

Antes de fazer-se a defesa de uma imagem do mental que contrarie essa intuição, é válido colocar a seguinte questão: “Por que nós interpretamos a partir de uma única categoria uma classe de estados que têm [...] outros dois tipos de propriedades?” (ROSENTHAL, 1986, p. 333). Ou seja, entre as propriedades fenomenais, intencionais e de ter acesso consciente nossa intuição natural mais imediata, em termos do que define o mental, nos leva a dar ênfase à terceira. Segundo o autor há algumas razões para que venhamos a escolher esse ponto de vista! Uma delas é que:

(...) parece improvável que os estados fenomenais puros, tais como dores, tenham alguma coisa interessante em comum com estados intencionais puros, tais como crenças. E podemos evitar esta dificuldade, se, em vez disso, tomamos consciência como sendo o que faz com que um estado seja um estado mental. Finalmente, as diferenças de características entre os tipos

⁵ Rosenthal quer também chamar a atenção à diferença entre posicionamentos teóricos com “inclinações cartesianas” que favorecem uma imagem do mental com uma marca baseada na consciência enquanto acesso, e outros que remontam a tradição aristotélica (naturalistas) onde os fenômenos mentais são vistos coexistindo em continuidade com fenômenos físicos. (sobre esse ponto Cf. ROSENTHAL, 1986, p. 335). (Ver também *Ibidem*: p.729).

de estados mentais terminam por serem todas as diferenças que as propriedades intencionais ou sensoriais, desses estados têm. Então, essas propriedades podem parecer figurar mais naturalmente em um relato de como podemos distinguir os tipos de estado mental, do que [propriamente] um relato de como os estados mentais distinguem-se de todo o resto. Estas várias considerações sugerem por que um tipo de explicação do mental apenas em termos de *consciência* pode ser preferível a um tipo que favoreça a intencionalidade e caráter fenomenal [como sendo também características definidoras]. (ROSENTHAL, 1986, p. 333 *grifo meu*).

O tipo de concepção proveniente do recurso ao acesso especial como forma de explicação do mental, também é preferível, por outras várias razões das quais falarei em outro momento, mas a seguinte é a principal delas: estados conscientes são, como vimos, simplesmente esses estados a que temos acesso no presente momento em que ocorrem em nós sem maiores problemas para que venhamos a nos dar conta disso e sem que tenhamos a necessidade de inferir isso.⁶

Rosenthal é partidário da ideia de que “qualquer teoria sobre a consciência que se pretenda viável deve responder a questão sobre *o que torna*⁷ um estado mental um estado consciente”⁸ e se admitirmos de acordo com a visão chamada pelo autor de pré-teórica sobre o mental, que essa marca é a consciência, uma explicação informativa sobre a mesma inviabiliza-se; pois como explicaremos estados conscientes simplesmente por recurso a outros estados conscientes? Ainda em outros termos, explicar um dado tipo de estados mentais pressupõe que tenhamos a ausência total ou parcial de sua ocorrência até para que possa ser realizada uma análise comparativa.

A principal tese defendida pela teoria da consciência proposta por Rosenthal é que o que torna estados mentais estados conscientes são pensamentos de ordem superior (*Higher-Order Thoughts*) acerca desses mesmos estados. Porém ele compreende as dificuldades que podem surgir para aceitação dessa tese uma vez que nossa visão comum sobre o mental não a comporta naturalmente. A primeira objeção que se pode colocar a essa forma de pensar é:

⁶ ROSENTHAL, 1986, p. 334

⁷ Grifo meu.

⁸ Ver: GENNARO, 2004, p.1.

Apesar de, quando acordados, estarmos normalmente em algum estado mental consciente, raramente notamos haver quaisquer pensamentos de ordem superior do tipo que esta explicação postula. Normalmente, os estados mentais ocorrem em nosso fluxo de consciência sem que tenhamos qualquer pensamento evidente de que estamos em tais estados. (ROSENTHAL, 1986, p. 336).

A resposta e essa objeção de acordo com os pressupostos da teoria HOT pode ser dada através da própria hipótese de que para que se diga que estamos conscientes, é necessário observar as distinções a partir das quais podemos considerar tal fenômeno. Como veremos mais adiante, por exemplo, a distinção entre a consciência de criatura (onde estamos despertos e atentos a estímulos) e consciência de estado (onde estamos cientes dos estados mentais em que nos encontramos) demarca modos distintos da experiência consciente. Do mesmo modo não experimentaríamos pensamentos de ordem superior durante nosso estado de vigília por que estes são metapsicológicos, portanto, só podemos considerá-los após terem permitido que a própria experiência consciente de estados mentais tenha sido possível.

É necessário não perdermos de vista que os pressupostos da teoria H.O.T, não são a primeiro contato e como o próprio autor aponta, intuitivos; isso naturalmente faz com que muito do que seja proposto aqui e que se oponha ao que ele chama de visão pré-teórica sobre o mental, tenda a ser negado; o que aumenta as dificuldades de que se estabeleça uma teoria informativa sobre a consciência nesses moldes. Além da objeção presente na passagem acima se pode insistir ainda que *pensamentos de ordem superior* sejam desnecessários para explicar a consciência de estados mentais, pois para explicá-la não precisaríamos postulá-los, mas a consciência ocorreria simplesmente por termos disposições para ter pensamentos conscientes. Um estado mental é consciente se alguém estiver disposto a pensar que está nesse estado.⁹ Nada mais que isso. Mas Rosenthal contra-ataca essa possível objeção afirmando que há dificuldades num tipo de explicação disposicional dos estados conscientes. Por um lado, a consciência dos estados mentais é mesmo algo fenomenologicamente ocorrente desde que a consciência não seja postulada como disposicional, apenas como um argumento *ad hoc* para dar conta de aspectos fenomenológicos que não se pode captar sem a devida análise.¹⁰ Não parece tão simples como se poderia supor a princípio, manter uma concepção do mental que

⁹ Ver: ROSENTHAL, 1986, p. 337.

¹⁰ Ver: ROSENTHAL, 1986, p. 338.

tem por marca definidora a consciência enquanto acesso. Pois parece haver uma série de problemas que uma teoria como a *Higher-Order Thought* impõe. Na seção seguinte exponho o que seriam as principais vantagens explicativas da teoria H.O.T elencadas por Rosenthal em relação a imagem cartesiana do mental no texto *Two Concepts of Consciousness*.

1.2 Vantagens explicativas da teoria H.O.T em relação a imagem cartesiana do mental.

Segundo Rosenthal a teoria H.O.T possui notáveis vantagens explicativas em relação visão cartesiana sobre o mental; ele diz que:

(...) sua principal vantagem é que nos permite explicar *o que torna* um estado mental um estado consciente. Além disso, a presente explicação tem consequências empíricas precisas que se pode razoavelmente esperar para testar. Isso implica não só que os estados mentais conscientes são acompanhados por diferentes pensamentos de ordem superior, mas também que algum mecanismo causal liga os estados mentais conscientes aos pensamentos de ordem superior correspondentes. (ROSENTHAL, 1986, p. 339/*grifo meu*).

Embora a visão cartesiana do mental gere grandes dificuldades a uma explicação informativa sobre a consciência, possui, segundo o próprio Rosenthal, a característica especialmente notável de captar de modo perspicaz a estreita ligação entre estarmos mentalmente conscientes e a consciência que temos de nós mesmos. Por seu turno a teoria H.O.T explicaria de modo *claro*, no que podemos chamar de primeira vantagem, que ter pensamentos conscientes é simplesmente, como vimos, ter pensamentos de ordem superior acerca de certos estados e ser consciente de si mesmo “é simplesmente ter um pensamento de ordem superior sobre si mesmo.” (ROSENTHAL, 1986, p. 344). A segunda vantagem da teoria H.O.T seria a de explicar a aparência que nós temos a partir da nossa imagem pré teórica do mental, de que o que nos torna conscientes do mundo e de nós mesmos é o fato de que possuímos algum tipo de concepção prévia do *eu* ou de *unidade da consciência* já que esta seria por excelência a marca definidora do mental e responsável pelo acesso especial como aponte em outra passagem. Mas não é esforço pra nossa intuição admitir também que:

Muitos tipos de estados mentais como crenças, desejos, esperanças, expectativas, aspirações, várias emoções, e, possivelmente, até mesmo

algumas sensações corporais, tais como dores, muitas vezes ocorrem em nós de modo que não estejamos conscientes deles. (ROSENTHAL, 1986, 340).

Na verdade podemos nos tornar conscientes do mundo e de nós mesmos por que teríamos pensamentos acerca dos estados mentais dos quais podemos eventualmente nos tornar conscientes; assim, quando um bom número desses estados vem a se concretizar em nosso fluxo mental consciente, naturalmente um senso de unidade de consciência termina por emergir, fornecendo tais impressões.¹¹ A terceira vantagem explicativa seria a de que a partir de uma teoria que pressupõe pensamentos de ordem superior como sendo o que torna estados mentais conscientes, é possível evitar a circularidade que na visão cartesiana é inevitável; e que consiste na concepção de que o que torna um estado mental consciente é a própria consciência ou a unidade de consciência prévia como se preferir. Isso nos faria recorrer à própria consciência para explicar os estados em questão sempre e mais uma vez a cada tentativa; impedindo, como já colocado, uma explicação informativa. Já pressupor como na teoria H.O.T a necessidade de que pensamentos tornem nossos estados mentais conscientes levanta a hipótese de uma parte *inconsciente* de nossa vida mental e isso salvaguardaria a possibilidade de explicar estados mentais conscientes de modo realmente informativo já que também supõe-se a ausência de consciência total ou pelo menos parcialmente.

Rosenthal toma o cuidado de observar quais aparências exatamente se referem a cada impressão errônea sobre o mental que ele descreve. Sobre esta impressão de que consciência parece intrínseca aos nossos estados mentais ele diz também que:

(...) é difícil isolarmos a consciência como um componente distinto de nossa experiência mental. Nós normalmente nos concentramos no aspecto sensorial do estado mental e não em nossa consciência já que essa consiste em se ter um pensamento de ordem superior e esse geralmente não é em si um pensamento consciente. (ROSENTHAL, 1986, p 345).

A quarta das principais vantagens explicativas seria a possibilidade de esclarecer também por que o conteúdo qualitativo de nossas experiências conscientes parece inseparável de nossa consciência deles.¹² Isso se dá pelo fato de que é impossível descrever a consciência

¹¹ Ver: ROSENTHAL, 1986, p. 344.

¹² Ver: ROSENTHAL, 1986, p. 349.

de tais conteúdos sem mencioná-los, pois “se um estado sensorial, sendo ele consciente, está sendo acompanhado por um pensamento de ordem superior adequado, o pensamento [em questão] será sobre a própria qualidade da qual estamos conscientes.” (ROSENTHAL, 1986, p 349). O que inevitavelmente gera um estado mental conectado todo o sempre com as qualidades sensoriais e que termina por fornecer a aparência de que as qualidades sensoriais são inseparáveis da consciência; o que pode servir de base para a intuição de que consciência é a marca do mental, pois não se considera a propriedade qualitativa dos estados em separado da consciência como acesso, como para Rosenthal o seria de fato.

A quinta vantagem explicativa é poder a partir da presente teoria, esclarecer a aparência fenomenológica da existência de um abismo intransponível entre a realidade física e a consciência. O primeiro esclarecimento do autor sobre esse aspecto é que diante de tal dilema qualquer tentativa de explicação que não seja circular como a cartesiana (que recorre à consciência enquanto acesso para explicar estados mentais conscientes), parecerá a princípio inadequada (já que essa *consciência como acesso* é a própria marca do mental e seria, portanto algo distinto do mobiliário (*furniture*) do mundo que conhecemos). Mas:

(...) para compreendermos como a consciência pode ocorrer em coisas físicas, devemos primeiro reduzir a força intuitiva desse abismo. E só podemos fazê-lo explicando a nossa consciência dos estados mentais por recurso a estados mentais que não são em si conscientes. Pois a austera descontinuidade entre estados mentais conscientes e a realidade física não surge quando estes são levados em conta. (ROSENTHAL, 1986, p 353).

Em relação ao que é colocado por Rosenthal aqui como imagem cartesiana (exclusivamente sobre esse aspecto de um abismo intransponível entre o mental e o físico) é necessário lembrar que isso não é unânime, que existe uma revisão desse tipo de análise e ainda que existe uma crítica dessa caricatura consagrada de certa imagem cartesiana do mental que teria se fortalecido sobretudo após a publicação de *The concept of mind* em 1950¹³. Segundo ANDRADE, (no prelo), a posição cartesiana do humano nas *Meditações* pode ser analisada tanto no plano metafísico quanto no antropológico (esse segundo seria o adequado às investigações da filosofia da mente). Nessa perspectiva o erro dos intérpretes seria o de insistir em conciliar o dualismo de substâncias com a antropologia. Ele diz que:

¹³ RYLE, 1950.

No interior de uma análise metafísica é possível separar corpo e mente, mas no horizonte antropológico não. Existem, portanto, dois níveis de abordagem da relação do corpo com a mente. No plano antropológico, sobre o qual se debruça a filosofia da mente (...), Descartes nunca pensou o ser humano em função do dualismo substancial, ao passo que no plano metafísico Descartes se enquadra na tradição idealista. (ANDRADE, no prelo)¹⁴.

Após o necessário registro dessa perspectiva da leitura cartesiana sobre a qual uma análise mais detalhada provavelmente forneceria subsídios a um proveitoso embate com as posições mais consagradas, o que não realizarei aqui, voltemos as pretensões de Rosenthal com sua crítica. Meu intento reservar-se-á a análise do aspecto da *consciência enquanto acesso*; o que no fim das contas é a perspectiva que o autor explora em sua teoria. Eu trouxe a passagem acima para não negligenciar esse aspecto importante da discussão contemporânea acerca da obra cartesiana. De todo modo, precisa ficar claro que a perspectiva que Rosenthal critica tem haver com a seguinte imagem:

Todos - ou quase todos - concordaram que o que é [mental]... tem uma qualidade comum em que sua essência é expressa: a qualidade de ser consciente - única (...), mas sem necessidade de descrição. Tudo o que é consciente... é [mental], e, inversamente, tudo o que é [mental] é consciente; isso é auto-evidente e contradizer é um absurdo. (ROSENTHAL, 2002, 227).¹⁵

Já deve ter ficado claro que para que a presente teoria H.O.T seja válida uma parte inconsciente de nossa vida mental tem necessariamente de ser levada em consideração. Mas, nossa intuição enfrenta de acordo com Rosenthal tendências intuitivas que nos levam a rejeitar também tal pressuposto. E é válido lembrar que isso se dá pela sensação de clareza e evidência fornecida pela concepção de consciência como acesso em relação as nossas

¹⁴ Para um material detalhado acerca dessa perspectiva veja-se: ANDRADE, (no prelo).

¹⁵ Essa crítica da imagem cartesiana do mental provém de asserções como as seguintes: "nada pode estar em mim de que não tenho qualquer consciência [*fim conscius*]" (AT, VII, p. 107; AT, IX, p. 85); "Pelo nome de *pensamento*, compreendo tudo quanto está de tal modo em nós que somos imediatamente conscientes" [*conscii fimus*] (Descartes, 1979, p. 169 [AT, VII, p. 160; AT, IX, p. 124]); "não pode existir nada em nossa mente de que não somos conscientes [*imus consci*]" (AT, VII, p. 232; AT, IX, p. 180); "nenhum pensamento pode existir em nós do qual nos não estejamos conscientes [*fit conscia*] no exato momento em que ele existe em nós" (cf. AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190). Estas referências se encontram em Rosenthal, 1986, p. 357, nota de rodapé nº 9; eu as procurei na edição de Adam e Tannery, cedida pelo professor Érico Andrade, e as citações foram traduzidas do francês com a ajuda do professor Tárík Prata.

experiências mentais. Na próxima seção elenco objeções possíveis à teoria H.O.T segundo Rosenthal e quais seriam as réplicas adequadas a cada uma delas.

1.3 Objeções possíveis a teoria H.O.T e réplicas de Rosenthal.

Afora as objeções que expus brevemente na primeira seção do presente capítulo: uma referente ao fato de que nossa intuição não tem naturalmente a sensação de que pensamentos de ordem superior ocorrem em nós quando despertos para que venhamos a nos tornar conscientes de certos estados mentais e à outra de que estados conscientes são decorrentes de disposições e não de pensamentos de ordem superior reais, temos mais algumas objeções que necessariamente tem de ser rebatidas pela teoria H.O.T para que ela seja aceitável .

O que chamarei aqui de terceira objeção é a questão de se pensamentos de ordem superior são suficientes para tornar os estados mentais conscientes. Segundo Rosenthal há uma dificuldade imposta por essa questão que pode residir nos estados mentais ditos reprimidos. Pois, por que os pensamentos de ordem superior não os tornam conscientes já que também estão presentes em nossa configuração mental? Pois esses estados são e continuam por hipótese a ser sempre inconscientes. Destarte a presente objeção sugere por hora que pensamentos de ordem superior não poderiam ser suficientes para tornar estados mentais conscientes. Pois uma pessoa poderia, por exemplo, sentir prazer ou ódio, embora de modo inconsciente, a partir do sentimento reprimido; já que por hipótese não conhecemos a fundo tais estados e os sentimentos dele provenientes, se não por intermédio de alguma técnica especializada como a Psicanálise. Assim uma teoria como a H.O.T só poderia conferir consciência a um pensamento reprimido apenas se ele fosse pelo menos potencialmente consciente ou ainda em outros termos pudesse vir a tornar-se consciente, o que não é o caso. Rosenthal contra-ataca afirmando que apesar do que sugere a objeção em questão, isso não seria um grande problema para a teoria H.O.T. Embora seja um problema que deve ser devidamente respondido.

É contra-intuitivo que sintamos prazer ou ódio a partir de algo em que não acreditamos ou mesmo podemos duvidar que existam como os estados mentais reprimidos, embora seja uma hipótese que a técnica psicanalítica possa validar. A sutileza da réplica seria que pensamentos como os postulados pela teoria H.O.T pressupõem conteúdos proposicionais;

então o tipo de prazer que está relacionado com nossos estados mentais dos quais nos tornamos conscientes é aquele tipo do qual *pensamos sobre*; o que não é o caso dos conteúdos reprimidos. Tratar de pressuposições de tal natureza foge a alçada do que a presente teoria se propõe a explicar; além do que na objeção acima ainda:

(...) ignoram-se fatores que presumivelmente bloqueiam a consciência [ex. sentimentos ou aspirações dolorosos]. Além disso, esconde uma premissa cartesiana tácita. Pois sugere que a consciência é [ou pelo menos deve ser] a norma: a não ser que pressões excepcionais intervenham, um estado mental será automaticamente consciente. A consciência deve ser pressuposta, ao menos que algum fator externo impeça. Assim esse modelo explicaria as forças que interferem a consciência, mas [já pressupondo também] que a consciência em si pode muito provavelmente ser impassível de uma análise explicativa. (ROSENTHAL, 1986, p 347).

A quarta objeção que pode segundo Rosenthal ser levantada contra a teoria H.O.T é a que questiona sobre a ocorrência de consciência em animais não-humanos¹⁶. E segundo o próprio autor, essa seja talvez a objeção mais forte para uma teoria tal qual a que defende; (embora curiosamente tenha preferido não tratar de tal questão em detalhes). A questão é a seguinte: podemos afirmar a partir do que pressupõe a presente teoria, a capacidade de crianças lactentes e animais não humanos virem a ter pensamentos de ordem superior? Pois se estes são condição necessária para que venhamos a ter estados conscientes e intuitivamente cremos que crianças e animais devem poder pelo menos ter a capacidade de discernir claramente quando estão numa sensação particular; em que e como a teoria H.O.T ajuda a explicar tais casos? Será que dá conta de explicar como o fenômeno mental consciente se dá em tais indivíduos?

Sobre esta objeção Rosenthal diz que não há dúvidas de que crianças lactentes e animais não humanos não têm os conceitos necessários para fazer distinções entre seus estados sensoriais, mas podem muito provavelmente estar cientes dos estados em questão; ainda que desconheçam muitas das qualidades sensoriais em virtude das quais esses estados diferem entre si. A capacidade de discursar não é necessária para que se possa pensar. Já para

¹⁶ Sobre uma crítica direcionada ao tipo de teoria H.O.T envolvendo o problema da consciência em animais não-humanos veja-se: *A cold look at HOT theory* (o mesmo que SEAGER, 2004). Aqui o autor pretende, não oferecer um argumento que invalide o tipo de teoria H.O.T, mas apontar que problemas esse tipo de teoria enfrenta em relação a essa questão: “I do not aim to provide a demonstrative argument against HOT theory, but I think the weight of evidence [of some empirical studies] strongly suggests that it is in serious trouble on this issue.” (Ibidem, p. 256).

que se formem pensamentos de ordem superior sobre os próprios estados mentais, é necessário muito mais do que a capacidade de pensar sobre sensações. Escolher determinados estados mentais e chegar a pensar sobre eles na forma de conteúdos proposicionais exige um elaborado sistema de conceitos. É com essa última situação que uma teoria como a H.O.T se encaixa bem. Crianças lactentes e animais não humanos podem até ter a capacidade de ter pensamentos para tornar estados sensoriais conscientes, mas certamente temos poucas razões para supor que seus estados intencionais também sejam conscientes. Isso, ainda segundo Rosenthal, ajudaria a explicar por que geralmente associamos a consciência mais ao sensorial do que a intencionalidade. A sutileza da solução para a questão da consciência em animais não humanos e crianças lactentes, seria a de se perceber que para que um organismo seja considerado consciente basta que esteja desperto e sensível a estímulos.¹⁷ Uma criatura pode muito bem estar consciente de eventos ao seu redor sem ser ao mesmo tempo ser consciente de seus próprios estados mentais. Assim temos razões para aceitar a resposta de que foge a alçada de uma teoria tal como a H.O.T, [baseada em pensamentos de ordem superior] explicar de modo preciso como se dá a ocorrência de consciência em tais indivíduos, embora Rosenthal pareça ter oferecido uma explicação provável de como a mesma ocorre segundo os pressupostos de sua própria teoria.¹⁸ Na próxima seção reconstruo a teoria H.O.T a partir de suas principais características estruturais no texto *A Theory of Consciousness*.

1.4 A estrutura da teoria H.O.T no texto *A Theory of Consciousness*.

No texto em questão, Rosenthal apresenta a teoria H.O.T a partir de uma estrutura que permite uma compreensão ampliada dos principais pontos apresentados até então. O autor inicia a primeira seção de *A Theory of Consciousness* traçando algumas distinções preliminares das que segundo ele envolvem o fenômeno mental consciente; a primeira distinção é entre os modos de tratar consciência sobre a perspectiva de duas questões distintas: consciência de estado (levanta a questão: o que torna um estado mental consciente?) e consciência de criatura (levanta a questão: em que criaturas conscientes diferem das que não o são?). Estas duas concepções de consciência deveriam, segundo o autor, ser tratadas de

¹⁷ Essa é a caracterização que Rosenthal dá da consciência de criatura. Cf. Rosenthal, 1997, p. 730.

¹⁸ Sobre a objeção e réplica da consciência em crianças e animais não humanos ver ROSENTHAL, 1986, págs. 350-351.

modo distinto, no entanto, geralmente seriam postas em conjunto, ou seja, a impressão gerada pela poderosa força intuitiva da *consciência enquanto acesso*, não nos permitiria a primeira vista vislumbrar a diferença entre estarmos conscientes de certos estados mentais nos quais nos encontramos e a o modo no qual nos encontramos conscientes apenas enquanto acordados e despertos a estímulos:

(...) muitas vezes [as duas] são executadas em conjunto. Talvez isso se deva, em parte, a uma tendência natural de falar em consciência, ao invés de que algo está consciente. Essa ausência de distinção aparentemente inócua encoraja alguém a perder de vista o fato de que há dois tipos muito diferentes de coisas que descrevemos como sendo conscientes e, portanto, qual dos dois está em questão. (ROSENTHAL, 1997, p. 730).

A questão da consciência de estado visa enfatizar que se por hipótese nem todos os estados mentais são conscientes, trata-se de tentar explicar em que os estados que são conscientes diferem deles. “E [ainda], mesmo se todos os estados mentais são [por hipótese] conscientes, ainda podemos perguntar *em que consiste* o seu ser consciente.” (ROSENTHAL, 1997, p. 729/ *grifo meu*). Isso faz com esta não seja uma questão genérica, por assim dizer; ela tem sem sombra de dúvida um lugar de importância fundamental em uma teoria da consciência que faz objeção ao que Rosenthal chamou de nossa concepção pré-teórica sobre o mental. A questão da consciência de criatura por seu turno, não oferece grande mistério no que tange a uma resposta, pois, como já visto, nesse caso não existiria “um quebra-cabeça especial sobre o que é para uma criatura não ser consciente; (...) Para ser consciente, uma pessoa ou outra criatura deve estar acordada e sensível [a estímulos]. (ROSENTHAL, 1997, p. 730). Embora também não tenha se dado ao trabalho de elaborar uma resposta completa a esse respeito Rosenthal supõe que tal resposta seria semelhante. Concordo com o fato de que intuitivamente não pensarmos consciência em termos desta distinção gera impressões fenomenológicas equivocadas. Parece que de fato cedemos ao apelo intuitivo da impressão de acessarmos a consciência de modo imediato e sem motivos para questionamentos e dúvidas de que isso é assim. Se observarmos bem, a primeira distinção apresentada aqui também parece intuitivamente razoável; a diferença é que é oferecida uma mudança de perspectiva que exige por sua vez uma tomada de decisão, pois como fora apontado em outra passagem, está implícita nesse modo de pensar uma parte *inconsciente* do mental; uma vez admitidos, os

fenômenos *consciência de estado* e *consciência de criatura* exigem níveis de atenção distintos e são de fato dois fenômenos diferentes.

Se não delimitamos corretamente cada uma das duas questões não se pode distinguir um estado não consciente de um consciente e poder operar essa divisão seria necessário a uma teoria informativa sobre o fenômeno mental consciente. No entanto, segundo Rosenthal, nossas tendências intuitivas apontam naturalmente para uma vida mental necessariamente consciente; deixando-nos mesmo convencidos de que falar de um estado mental que não seja consciente é uma *contradictio in adjecto*.¹⁹ Isso é segundo o autor a principal aparência fenomenológica que se impõe contra uma teoria informativa sobre a consciência. Admitir uma parte inconsciente do mental seria fundamental nesse caso.

A segunda distinção feita por Rosenthal para esclarecer as variações do termo consciência e apontar a que aspectos da vida mental devemos estar atentos ao falar de estados conscientes seria a distinção entre *consciência introspectiva* e *consciência não introspectiva*.²⁰ A distinção em questão trata-se de delimitar a diferença entre quando estamos com nossa atenção de modo focado ao estado mental no qual nos encontramos e o contrário disso, ou seja, quando isso não está ocorrendo. A consciência introspectiva trata-se de um fenômeno relativamente raro e mais elaborado do que a maneira quando estamos ordinariamente conscientes. Pois:

Quando estamos introspectivos, não estamos apenas conscientes dos estados mentais nos quais encontramos; estamos cientes de estarmos cientes [de tais fenômenos]. A diferença entre a consciência introspectiva e a consciência não introspectiva surge vividamente se [simplesmente] observarmos que, quando um estado é não introspectivamente consciente, normalmente tem o potencial de ser um objeto de introspecção (...). (ROSENTHAL, 1997, p. 730).²¹

A partir destas distinções o autor visa denunciar que uma análise do fenômeno mental consciente exige considerar outras intuições além das que naturalmente nos fazem ignorar

¹⁹ Ver: ROSENTHAL, 1986, pags. 329-330/ 1997, p. 729.

²⁰ Gostaria de deixar claro que as distinções apresentadas por Rosenthal, apesar de expressarem aspectos mentais com características distintas estão todos envolvidos no mesmo fenômeno mental, ou seja, em nossa consciência de que nos encontramos em certos estados mentais no momento atual em que isso ocorre.

²¹ Ainda sobre introspecção ver Rosenthal, 1986, págs. 337-339

uma parte inconsciente do mental; como vimos, naturalmente não analisamos o fenômeno mental consciente a partir da descrição que tais distinções como *consciência de criatura x consciência de estado* e *consciência introspectiva x consciência não introspectiva*; sobretudo a partir das intuições novas que elas fornecem.

Por essa dentre outras razões falta-nos “o esboço de uma resposta geralmente aceita sobre que tipo de propriedade é a consciência dos estados mentais.” (ROSENTHAL, 1997, p. 730). Não é necessário apenas denunciar as tendências intuitivas que induzem a erro acerca da vida mental consciente, mas também oferecer a resposta de como estaria estruturada, ou melhor, do que se trata tal propriedade em nossos estados mentais.

O tópico analisado na segunda seção do texto em questão é a seguinte pergunta: todos os estados mentais são conscientes? De acordo com a visão cartesiana do mental, como vimos, não restaria dúvidas de que a resposta a tal questão seria positiva. “Seja ou não verdadeira, pode ser [considerada] a questão mais importante e premente sobre a natureza da mente e da consciência.” (ROSENTHAL, 1997, p. 731). Todavia, aceitar a premissa cartesiana como verdadeira traria uma série de problemas explicativos. O conceito cartesiano de mente gera uma distinção ociosa entre o fato de que uma criatura está consciente e seu ser consciente de que se encontra em tal estado, pois os coloca como co-extensivos uma vez que pressupõe que estados mentais possuem a consciência como propriedade intrínseca.²²

Rosenthal diz expressamente que está longe de ser óbvio que todos os estados mentais são conscientes. Nosso próprio quadro comum de mentalidade abre claramente espaço para levarmos em consideração estados mentais inconscientes. Temos vários exemplos disso: podemos, por exemplo, perceber que alguém deseja algo antes mesmo que a própria pessoa que deseja se dê conta disso de modo claro; um segundo exemplo, proveniente dos estudos de psicologia da percepção, pode nos mostrar que percepção subliminar e visão periférica podem ocorrer sem que estejamos conscientes delas. Até sensações corporais tais como dores podem passar completamente despercebidas e existirem sem serem conscientes, pois se alguém se distrai intermitentemente de uma dor relativamente pequena ou dor de cabeça, é natural falar de ter tido uma única dor persistente durante todo período do dia e, no entanto não estar

²² “nenhum pensamento pode existir em nós do qual nos não estejamos conscientes [*fit conscia*] no exato momento em que ele existe em nós” (cf. AT, VII, p. 246; AT, IX, p. 190).

consciente dela o tempo todo. A esse respeito, seria estranho alguém dizer que teve uma seqüência de dores breves, distintas, mas qualitativamente idênticas. Da mesma forma com as emoções, ocasionalmente nos damos conta de estarmos tristes ou irritados somente depois que alguém o aponta para nós²³. Mas:

Apesar dessas considerações, existe uma tendência intuitiva de *sustentar* que os estados mentais são invariavelmente conscientes. Contudo, isto não deve levar-nos a concluir que o nosso conceito comum é irremediavelmente cartesiano. Em parte, essa tentação deve-se à tendência observada anteriormente de conjugar a consciência dos estados com a das criaturas. Se [fosse correto] confundir-se o fato de que uma criatura está consciente com seus estados mentais que *estão* conscientes, todos seus estados mentais de vigília seriam estados conscientes. (ROSENTHAL, 1997, p. 731 *grifo meu*).

Pelo menos nos baseando nos exemplos de sensações corporais que ocorrem inconscientemente pode parecer que é absurdo sustentar que *todos* os estados mentais de vigília são conscientes. Mas sobre tais sensações se pode objetar que não podemos saber o que é ter uma dor inconsciente ou mesmo cócegas, pois a menos que a dor ou a cócega seja consciente, não existe uma sensação como tê-la de fato. Assim alguém só tem dor se estiver consciente de estar sentindo tal dor, pois o autor afirma que iria se sustentar ainda que “classificamos os estados sensoriais e discriminamos entre os seus vários símbolos com base no que é para nós estar nesses estados.” (ROSENTHAL, 1997, p. 733). Apelamos para o aspecto fenomenal de como seria para nós estarmos tendo uma dada sensação corporal ou mesmo distinguindo uma cor ou ainda ouvindo determinado som. E para nós não existe nada assim a menos que seja consciente. Vejamos que:

A premissa deste argumento é correta: *classificamos e discriminamos os estados sensoriais por recurso aos casos conscientes*. Mas isso dificilmente mostra que as propriedades por referência às quais classificamos estados sensoriais não podem ocorrer inconscientemente. As qualidades distintivas por meio das quais tecemos sensações formam famílias de propriedades que pertencem à cor, forma visual, som, e assim por diante. Os membros dessas famílias se assemelham e diferem uns dos outros de maneira que se comparam às semelhanças e diferenças entre as propriedades perceptíveis correspondentes dos objetos físicos. Por exemplo, a qualidade sensorial vermelha das sensações visuais assemelha-se à qualidade sensorial laranja de tais sensações mais do que se assemelha ao verde sensorial ou azul de tais sensações. O mesmo vale para as qualidades distintivas das dores. As qualidades [ligadas] [...] a apunhalar, queimar ou agudo se assemelham e

²³ Todos os exemplos são do próprio Rosenthal eu apenas os adapto compilo nesse parágrafo. Ver ROSENTHAL, 1997, pags. 731-732.

diferem de maneira que refletem as similaridades e diferenças entre os objetos e processos físicos correspondentes. (ROSENTHAL, 1997, p. 733 *grifo meu*).

O que ocorre na verdade para que venhamos a recusar ou mesmo duvidar da existência de sensações corporais²⁴ inconscientes é que operamos uma fixação de extensões de nossos termos para “os vários tipos de sensação por meio dos casos conscientes, tanto nossos como dos outros.” (ROSENTHAL, 1997, p. 733). Mas isso não mostra que todos os estados sensoriais são conscientes.²⁵

A fonte mais significativa da tendência intuitiva de que estados mentais não podem ocorrer inconscientemente é a sensação de que os fenômenos mentais são diferentes de tudo mais que conhecemos; e a propriedade de ser consciente pode demarcar o mental de modo distinto, pois ainda segundo o autor nenhuma outra marca engloba os fenômenos mentais como a consciência; isso porque dentre as propriedades intencionais e sensoriais e a própria consciência enquanto acesso que constituem os candidatos mais prováveis para eleger qual seria a marca do mental, a consciência enquanto acesso abrange, segundo nossa intuição, *todos* os estados mentais.²⁶

A “variável falta de interesse nos casos inconscientes é muito provavelmente uma fonte importante da intuição de que pelo menos alguns tipos de estado mental são invariavelmente conscientes.” (ROSENTHAL, 1997, p. 732). Em uma considerável quantidade de casos podemos identificar que de fato estados mentais ditos inconscientes passam longe de nossos interesses se comparados aos que identificamos como conscientes:

Alguns tipos de estados mentais inconscientes nos interessam, porque eles nos ajudam a entender o comportamento de outras pessoas, mesmo quando não estão conscientes de estarem nesses estados. Ainda assim, nossa preocupação com os estados mentais dos outros está inserida em um contexto social que, em grande parte, exclui nossa observação sobre estados mentais dos quais elas não têm consciência. Portanto, tendemos a não prestar atenção explícita ou consciente a tais estados. E, naturalmente, normalmente ignoramos quaisquer estados mentais inconscientes em que possamos estar.

²⁴ Ainda sobre a possibilidade de estados sensoriais ocorrerem inconscientemente ver também: ROSENTHAL, 1991, p 22-28.

²⁵ Sobre o termo “fixação de extensões” veja-se: KRIPKE, S. A. **Naming and Necessity**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, pp. 54-159.

²⁶ Ver ROSENTHAL, 1997, p. 732-734.

Ainda mais revelador, o laço entre os estados mentais e sua consciência é mais forte com alguns tipos de estado do que com outros. E o mais plausível é afirmar que se um determinado tipo de estado mental deve ser consciente, menos interesse teríamos nos casos que não são conscientes. Esta tendência é talvez mais forte com sensações corporais tais como dores e cócegas, menos atraente com as emoções, e muito provavelmente mais fraca com relação a estados intencionais, como pensamentos e desejos. (ROSENTHAL, 1997, p. 732).

Esse ponto ratifica por que não apenas tendências intuitivas, mas também certo conflito de nossos interesses em relação a determinados tipos de estados mentais [uns em detrimento de outros] corroboram para que seja mantida o que o autor chama de visão comum do mental. Quero também insistir que tais argumentos são importantes na medida em que ajudam a mostrar que somente é possível haver uma teoria informativa sobre a consciência se sustentarmos a hipótese de uma parte inconsciente da nossa vida mental.

O terceiro ponto discutido na seqüência do texto *A Theory of Consciousness* examina a seguinte questão: consciência pode ser explicada? Na presente seção se pretende chamar a atenção à influência do pressuposto citado de modo breve em outro momento do presente capítulo e que diz respeito ao abismo intransponível que parece haver entre o mental e o físico (segundo nossa visão comum do mental); que por seu turno envolve o fenômeno da consciência, sobretudo consciência dos estados mentais como sendo também impassível de análise. Isso porque “tanto intuitiva como teoricamente, a oposição entre consciência e matéria parece desafiar a possibilidade de explicar diretamente um em termos do outro”. (ROSENTHAL, 1997, p. 735).

Para autores com inclinações cartesianas parecerá correta a impossibilidade de explicar consciência em termos de fenômenos que, segundo sua própria forma de conceber o mental, seriam não-mentais como os estados inconscientes. O que restaria então na melhor das hipóteses seria “traçar as conexões meramente conceituais que mantêm entre tais noções cognatas como mente, consciência, subjetividade, ponto de vista, perspectiva de primeira pessoa e eu.” (ROSENTHAL, 1997, p. 735). Porém segundo o autor a dicotomia presente,

que seria a saída para explicar de modo adequado os fenômenos mentais, é incompleta e falsa.²⁷ O autor afirma ainda que:

Como os estados mentais não são todos conscientes, há uma terceira estratégia. Podemos explicar o que é que torna os estados mentais conscientes apelando para estados mentais que não são eles mesmos, estados conscientes. Eliminamos o abismo intuitivo entre consciência e matéria, explicando a consciência em termos de estados mentais inconscientes. Esta estratégia não só preserva a possibilidade de uma explicação informativa da consciência; ela também mantém a esperança de um relato naturalista da mente (...). Mas o naturalismo não é a questão principal aqui. Seja qual for o caso, não haverá uma explicação informativa e não-trivial sobre a consciência de estado, *a menos que* rejeitemos a idéia de que todos os estados mentais são conscientes. (ROSENTHAL, 1997, p. 735/ *grifo meu*).

A partir dessas considerações deve ter ficado ainda mais claro que a partir da perspectiva de Rosenthal não apenas é sensato rejeitar a idéia de que estados mentais são todos conscientes, mas apoiar também a idéia de uma parte inconsciente do mental como pressuposto para possibilidade de explicar a consciência dos estados mentais. O pressuposto cartesiano que Rosenthal vem tentando negar só se sustenta caso a consciência seja vista como propriedade simples e impassível de análise já que é tomada como uma garantia axiomática (ou estados são conscientes ou não são estados mentais). Mas qual é a sutileza para desfazer de fato esse equívoco? Talvez realmente explicitando os motivos que levam ao equívoco. Vemos no exemplo seguinte que as tendências naturais de algumas considerações têm suas razões de ser mesmo numa certa herança de concepções:

A idéia de que ser consciente é uma propriedade intrínseca tem um forte apelo intuitivo. Um paralelo pode ser útil [para clarificarmos as coisas]. Na idéia pré-galileana, de que os corpos se movem em direção a um lugar de repouso natural, ter um lugar de repouso natural é uma propriedade intrínseca de todo tipo de corpo. Esta concepção é intuitivamente natural; e convida a ver os corpos como tendendo intrinsecamente para o movimento ascendente ou descendente. Ainda assim, obtemos explicações muito mais precisas e poderosas dos movimentos corporais se vemos a tendência de um corpo mover-se em termos de suas relações com outros corpos. Da mesma forma, e de modo pré-teórico é tentador ver a propriedade de ser consciente como intrínseca às sensações, ou talvez a todos os estados mentais. No entanto, somente se considerarmos o ser consciente como uma propriedade

²⁷ Segundo Rosenthal esse ponto de vista não é incomum. A esse respeito ele cita, por exemplo: "Nagel insiste explicitamente em que qualquer explicação satisfatória deve basear-se em uma análise conceitual completa" ("Como é ser um morcego?", op. Cit, pp. 436-437 (...). "(cf. Rosenthal, 1997, p. 749).

relacional é que podemos explicar em que consiste essa consciência. (ROSENTHAL, 1997, p. 737).

O quarto tópico abordado por Rosenthal no texto em questão é a distinção entre *consciência intransitiva e consciência transitiva*. Tal distinção consiste nos usos que fazemos do termo consciente. Consciência intransitiva é uma consciência sem objeto, uma consciência que não expressa uma *relação*, mas sim que expressa uma *propriedade monádica* de algo, ou seja, uma propriedade que não relaciona seu portador com outra entidade. Dizer “alguém está consciente [apenas]” é intransitivo, pois diz respeito apenas ao portador. Dizer que “essa pessoa está consciente da situação política do país” é transitivo, pois exprime uma *relação* do portador com um estado de coisas.²⁸

Rosenthal diz que aqui reside um problema na visão comum com relação a como naturalmente inferenciamos nossa consciência dos estados mentais:

A distinção entre a consciência transitiva e intransitiva desarma essa dificuldade. A inferência ordinária é a inferência da qual somos transitivamente conscientes [pois nela há uma relação direta com um estado de coisas]. Assim, os estados mentais conscientes são estados mentais de que somos transitivamente conscientes, mas sem depender de qualquer inferência ou observação da qual somos transitivamente conscientes. (ROSENTHAL, 1997, p. 738).

A definição do tópico subsequente corresponde ao título do próprio artigo [*A Theory of Consciousness*]. Nele Rosenthal visa oferecer uma resposta a seguinte questão: Que tipo de relato positivo [de fato explicativo] pode ser dado sobre como somos conscientes de nossos estados mentais conscientes? Nossa consciência das coisas se dividiria em duas grandes categorias; uma perceptiva, onde somos conscientes das coisas por vê-las ou ouvi-las ou mesmo percebê-las de algum outro modo. E a outra maneira a partir da qual temos consciência das coisas tem relação com o pensamento. Porém existem “analogias entre a percepção dos sentidos e a forma como os estados mentais são conscientes que podem encorajar a adoção de um modelo [predominantemente] perceptual.” (ROSENTHAL, 1997, p. 739). Isso por que:

²⁸ Sobre a distinção entre consciência intransitiva e consciência transitiva ver: ROSENTHAL, 1997, págs. 737-739.

Por um lado, as diversas modalidades dos sentidos nos permitem responder diferencialmente a uma gama distinta de estímulos. Porque ser consciente de nossos estados mentais é uma capacidade de responder diferencialmente aos estados mentais em que estamos, pode parecer um pouco como uma modalidade sensorial dedicada aos estados mentais. Por outro lado, algumas modalidades sensoriais apresentam uma característica direta. Os mecanismos sensoriais que servem o gosto, o tato, a propriocepção e a percepção enteroceptiva permitem que cada um desses sentidos opere sem qualquer meio intermediário. Dada à aparente imediatez da nossa consciência de nossos estados mentais, essas modalidades dos sentidos podem parecer modelos aptos a explicá-la. (ROSENTHAL, 1997, p. 739).

As duas analogias acima são importantes para explicar como discriminaríamos as diversas modalidades sensoriais. Pelo fato de que “a qualidade sensorial e a consciência dos estados mentais parecem intuitivamente inexplicáveis, como se os dois fossem de alguma forma fenômenos emergentes” (ROSENTHAL, 1997, p. 740), tendemos a adotar um único modelo explicativo para ambos. Ainda outro fator que contribui para isto, é a aparência de que a consciência que temos dos estados mentais ocorre em uma espécie de campo que caracteriza as várias modalidades sensoriais. Mas o modelo perceptual não resiste a uma análise mais precisa, pois “enquanto uma gama de estímulos é característica de cada modalidade sensorial, os estados mentais não exemplificam uma única gama de propriedades.” (ROSENTHAL, 1997, p. 740). É válido ressaltar ainda que:

Em vez disso, como observado na seção II, os estados mentais exibem caráter intencional ou sensorial, e estes dois têm pouco em comum; nem as qualidades sensoriais especiais às várias modalidades se assemelham. (...). Sem dúvida, algum processo neural central facilita nosso ser consciente de nossos estados mentais, e presumivelmente esse processo é [o] responsável pela aparente imediatez da forma como somos conscientes desses estados. (ROSENTHAL, 1997, p. 741).

Perceba-se que se ser consciente de um estado mental estiver ligado necessariamente a *perceber*, não haverá lugar para outras propriedades na explicação da consciência do que a própria qualidade perceptiva sensória. E onde estaria, por exemplo, o lugar das propriedades intencionais nessa explicação? Seria correto excluí-las? De acordo com esse modelo explicativo baseado na qualidade sensória de nossos estados, estar consciente deles parece claramente não envolver²⁹ qualquer outra propriedade mental. O modelo perceptual a partir do qual somos transitivamente conscientes não pode ser confundido com o modelo a partir do

²⁹ Ver; ROSENTHAL, 1997, p. 740.

qual somos intransitivamente conscientes. Não é apenas pelo fato de que uma percepção é indiscutivelmente factível e um pensamento não, que devemos adotar um em detrimento do outro como principal característica do mental.

As dificuldades encontradas por um modelo explicativo da consciência a partir de pensamentos, por seu turno, são segundo Rosenthal praticamente inexistentes. Já que o pensamento não pertence a uma determinada gama distinta de estímulos como os sentidos, ele não é específico de determinadas modalidades de objetos. Diferentemente do objeto de percepção, ter pensamentos sobre as coisas não envolve qualidades características. Desse modo temos motivos para supor que tal modelo oferece maiores esperanças de explicar nossa consciência dos estados mentais conscientes. De acordo com o presente modelo de explicação, somos conscientes de algo quando temos um pensamento sobre isso. Destarte um estado mental será consciente se for acompanhado por um pensamento de ordem superior sobre tal estado. Nessas condições podemos dizer que um estado mental é consciente. Na situação inversa, ou seja, quando não está ocorrendo nenhum pensamento de ordem superior, não somos conscientes do estado mental em questão. “O núcleo da teoria, então, é que um estado mental é um estado consciente quando, e somente quando, é acompanhado por um pensamento de ordem superior adequado.” (ROSENTHAL, 1997, p. 741). Todavia existem condições para que digamos que um estado mental tornou-se consciente através de um pensamento de ordem superior *adequado*, a saber, para ser consciente o conteúdo de um determinado estado deve ser decorrente de uma atitude mental assertiva. Um exemplo disso é o seguinte:

(...) se eu duvido ou me pergunto se algum objeto físico é vermelho, estou consciente do objeto; da mesma forma, se eu espero ou desejo que seja. Então, talvez, se alguém duvida ou se pergunta se um estado mental tem alguma propriedade particular, deseja ou espera que isso aconteça, será assim consciente do estado mental. (ROSENTHAL, 1997, p. 742).

Não é a presença da dúvida, da esperança ou desejo que nos torna conscientes do objeto, mas se duvidamos, suspeitamos ou desejamos que o objeto fosse vermelho, devemos nesse momento estar pensando de modo assertivo que o objeto está lá.³⁰ Da mesma forma

³⁰ Ver essas considerações em maiores detalhes em ROSENTHAL, 1997, p. 742.

com os estados mentais; apenas quando ocorre um pensamento de ordem superior, é que estamos pensando de modo assertivo e podemos ser conscientes do estado em questão. Não é apenas estar disposto a ter um pensamento sobre algo que nos tornará conscientes de um estado mental, mas, para sermos pelo menos transitivamente conscientes de algo devemos ter um pensamento sobre ele em um sentido relativamente estreito: deve ser um estado assertivo proposicional propositivo.³¹

Rosenthal chama a atenção para o fato de que embora pareça difícil de aceitar que todo estado mental consciente é acompanhado por um H.O.T sobre esse estado, pois raramente teríamos consciência de tais H.O.Ts, a própria teoria da consciência como monitoramento de ordem superior, já prevê isso. Ou seja, prevê que somos raramente conscientes de tais pensamentos.³² Observemos ainda que:

Dada a grande quantidade de estados conscientes em que nos encontramos durante a maior parte de nossa vida de vigília, é plausível supor que temos um número tão grande de H.O.Ts? Em qualquer caso, nós temos muitos pensamentos que não são conscientes. Há um grande número de pensamentos inconscientes de primeira ordem por meio dos quais organizamos nosso caminho através do mundo e ajustamos nossos planos e nossas linhas conscientes de pensamento. Por que não deveria haver também uma infinidade de H.O.Ts não-conscientes? Além disso, talvez precisemos de menos do que poderia parecer à primeira vista. O conteúdo de H.O.Ts pode normalmente ser razoavelmente específico para estados mentais que estão perto de nosso foco de atenção. Mas é improvável que isso seja assim para nossos estados mais periféricos. Por exemplo, o grau de detalhe de que estamos conscientes nas nossas sensações visuais diminui de modo surpreendentemente rápido à medida que as sensações se afastam do centro do nosso campo visual. É natural supor que o conteúdo de seus H.O.Ts se torna correspondentemente menos específico e que um número cada vez menor de H.O.Ts se referirá a porções sucessivamente maiores do campo visual. (ROSENTHAL, 1997, p. 743).

Mas como H.O.Ts inconscientes podem ser o que torna estados mentais conscientes? Como podem ser fonte de consciência se não sendo eles mesmos conscientes? Segundo Rosenthal essa objeção³³ estaria ignorando a distinção entre consciência transitiva e

³¹ Sobre esse ponto ver: ROSENTHAL, 1997, p. 742.

³² Ver ROSENTHAL, 1997, p. 742-743.

³³ Sobre essa objeção Rosenthal recomenda que se veja, por exemplo: SMITH, David Woodruff. The Structure of (Self-) Consciousness, *Topoi* 5, 2 (September 1986): 149-156, p. 50.

intransitiva; isso porque, os “H.O.Ts conferem consciência *intransitiva* sobre os estados mentais [conscientes] em questão, porque é em virtude desses pensamentos que somos transitivamente conscientes desses estados mentais.” (ROSENTHAL, 1997, p. 743/ *grifo meu*).

Na exposição do item seguinte (*The Argument from Introspection*), Rosenthal volta a tratar da consciência que requer algum ato especial de atenção e da consciência que não o requer (tema da introspecção e não-introspecção). O autor quer, sobretudo, mostrar que “introspecção de um estado mental é deliberada e atenta focando nesse estado” (ROSENTHAL, 1997, p. 745)³⁴ e não apenas representada pelo simples fato de se estar consciente. Todo estado introspectivo é um estado consciente, mas o inverso não se dá. Mais adiante o autor faz a seguinte colocação:

Se um estado mental sendo consciente consiste em sermos conscientes de estar nesse estado, o que mais ocorre quando introspeccionamos esse estado? [eis o que importa explicar]. Concentrar-se em um símbolo do estado mental significa focar no fato de alguém se encontrar nesse estado; assim, introspeccionar o próprio estado mental implica deliberadamente focalizar o próprio estar nesse estado. E isso envolve não apenas estar consciente de estar nesse estado, mas estar realmente ciente de que alguém está assim ciente [podendo esse fato ser sobre si mesmo]. A introspecção é um tipo de consciência de ordem superior (...). A teoria H.O.T explica prontamente a diferença entre a consciência introspectiva e não-introspectiva. Um estado mental é não-introspectivamente consciente quando acompanhado por um H.O.T relevante; a introspecção [mesma] ocorre quando há um pensamento de terceira ordem que faz com que o pensamento de segunda ordem seja consciente. A consciência introspectiva é o caso especial dos estados conscientes nos quais o HOT é, em si, um pensamento consciente. (ROSENTHAL, 1997, p. 745).

Introspeccionar um estado mental é, portanto, ter um pensamento adequado que acompanhe tal estado. Estados conscientes de modo não intencional seriam intermediários entre estados mentais introspectivos e os estados inconscientes.³⁵ Já os estados intencionais

³⁴ Nessa mesma página Rosenthal aponta para o fato de que Van Gulick (1988) propõe desprender nosso conceito de introspecção do de autoconsciência e, presumivelmente, do estado de ser consciente (p.162). Isso lança luz a suas intenções para com o argumento da introspecção (sob certa perspectiva desprender o conceito de introspecção do de ser consciente). Pois como vimos todo estado introspectivo é um estado consciente, mas o inverso não se dá.

³⁵ Ver ROSENTHAL, 1997, p. 746.

com um H.O.T adequado seriam estados introspectivamente conscientes. É importante pontuar que nessa perspectiva tais estados intermediários é que são acompanhados por H.O.Ts, mas ao contrário do caso da introspecção tais H.O.Ts não são pensamentos conscientes; ao passo que na introspecção sim (são H.O.Ts conscientes).

Na ultima seção de *A theory of consciousness (The Argument from Reporting and Expressing)*, Rosenthal defende a ideia de que a capacidade de “relatar um estado mental é (...) o mesmo que a capacidade de expressar o próprio pensamento posto pela teoria H.O.T.” (ROSENTHAL, 1997, p. 747). Nessa perspectiva um estado mental é consciente se, e somente se, alguém puder expressar um H.O.T adequado sobre esse estado. Aqui o autor postula o que seria mais uma condição de verdade a qual teria que se adequar um relato viável da consciência. No penúltimo parágrafo de seu artigo o autor tece as seguintes considerações:

A melhor explicação de nossa capacidade de expressar esses H.O.Ts sobre todos os nossos estados conscientes é [a premissa de que] que nossos estados conscientes são realmente acompanhados por tais H.O.Ts. Da mesma forma, podemos explicar melhor nossa incapacidade de relatar estados mentais quando eles não estão conscientes, assumindo que não temos os H.O.Ts relevantes. (ROSENTHAL, 1997, p. 747).

Nessa passagem o autor vem reiterar a importância fundamental dos H.O.Ts em nossa consciência dos estados mentais; algo que é realizado ao longo de toda teoria como pudemos acompanhar. Resta me analisar a viabilidade dos principais pressupostos da teoria H.O.T de Rosenthal diante de algumas consequências geradas por críticas imputadas a esse tipo de teoria (elegi como as mais relevantes, como antes dito, as críticas de (Hardcastle, 1995, 2004, 2008). Destarte no próximo capítulo me reservo a uma análise da teoria H.O.T a luz de tais críticas.

CAPÍTULO 2.

2.1 Evidências de um psiquismo inconsciente?

Sob a suposição de que uma teoria da consciência que se pretenda viável deve explicar ou pelo menos tentar explicar *o que torna* um estado mental consciente, vimos o modo como Rosenthal (1986; 1997) constrói sua teoria. E sabemos ao fim de sua apresentação que esse conjunto de palavras grifadas acima (o que torna) pressupõe de imediato uma *parte inconsciente* do mental e, por conseguinte pergunta pelo seu papel na explicação de nossa vida mental consciente. Este capítulo é uma análise das bases em que se apóiam a afirmação de Rosenthal de que é evidente que *pensamentos inconscientes* (H.O.Ts) possibilitam que venhamos a nos tornar cientes dos estados mentais nos quais nos encontramos. Nesse movimento em que esse tipo de proposta se constrói talvez já fosse de esperar que a acusação da ausência de variadas experiências empíricas para validar as hipóteses levantadas pelos teóricos H.O.T, fosse apontada por críticos; e tais acusações foram de fato levantadas (ex. HARDCASTLE, 2004; SEAGER, 2004).

Podemos de saída supor uma parte inconsciente de nossa vida mental para então podermos também pressupor os H.O.Ts, por exemplo? Numa sequência de acontecimentos vimos nas teorias psicológicas do século XX, hipóteses apoiadas em experimentos que colocaram a comunidade científica e filosófica diante de um quadro teórico-prático novo. Seja através da *Psicanálise* ou mesmo a partir de experimentos de efeito *Priming*, apenas para citar alguns exemplos, se busca evidenciar a existência e importância de uma parte inconsciente de nossa vida mental; e mesmo como essa parte influencia nossas vivências. Se de modo secundário ou predominante. Sendo assim, até que ponto uma teoria filosófica contemporânea que leva em consideração uma parte inconsciente do mental, pode se furtrar ao diálogo com a psicologia cognitiva, por exemplo? Isso partindo é claro do pressuposto que muito do que é produzido nos campos supramencionados possui até certo ponto, cada qual com suas particularidades, uma repercussão positiva razoável. E ainda; será que pressupor uma parte inconsciente do mental seria correto? Seria essa parte inconsciente um fato? As hipóteses filosóficas sobre mente e consciência têm por obrigação um compromisso inadiável em curto prazo ou mesmo imediato com algum tipo de experimento para cumprirem o papel a que se

propõem? São questões que precisam de atenção, pois são de inegável relevância em um cenário científico como o atual.

Sabemos que a primeira vista não é intuitivo, por exemplo, falar que é algo inconsciente que de algum modo influencia o comportamento de modo geral ou ainda que algo que foi visualizado de modo muito fugaz pode mesmo assim posteriormente influenciar um comportamento lingüístico; mesmo com toda a difusão do conceito de inconsciente a partir do século XX, em alguns contextos isso pode até não ser aceito ou ser com certa dificuldade. É mais intuitivo pensar que o que sentimos ter de modo claro é *consciência*. E que é a partir dessa consciência a qual temos *acesso* imediato que organizamos nossas vivências.

Nossas emoções, nossas vivências individuais ou em grupo, nossa necessidade de discursar sobre todas elas e de agir de acordo com padrões sociais aceitáveis, são processos que envolvem uma complexidade difícil de romper a partir de suposições incompletas ou rasteiras. Não considero que um tribunal empírico de confirmação de hipóteses seja suficiente para resolver essas questões, embora seja crucial; concordo com (HARDCASTLE, 2008), que analisar o que nosso mental tem de inconsciente e mesmo como este inconsciente estaria estruturado ou como seria sua interação com relação aos processos mentais conscientes, ainda é tarefa das mais difíceis. Ainda não se avançou muito. Para, além disso, temos o fato de que construímos nosso senso de *eu* ou de indivíduo, como se queira, a partir das narrativas de nossas histórias individuais visando adequá-las, como já observado, a um dado meio cultural com suas práticas comportamentais normais. Operamos nossa forma de comportamento a partir de decisões que envolvem memórias, projeções para o futuro, e os estados de ânimo atuais, ou seja, algo de que estamos conscientes no momento em que tomamos uma decisão. Assim chegamos a observar em nossas vivências tanto a presença de aspectos inconscientes de internalização de padrões comportamentais específicos aprendidos as duras penas ou não, em nossa vida pregressa, e aspectos mentais conscientes que nos permitem organizar nosso comportamento num momento atual, por assim dizer. Daí surge uma questão importante: “a construção do nosso *eu narrativo* está sobre controle consciente ou inconsciente [?]” (HARDCASTLE, 2008, p. 92. *Grifo meu*). Se pudéssemos dar uma resposta fechada sobre essa questão poderíamos nos aproximar já de saída do que se trata o modo se ser mais próprio do mental.

Não parece simples, pelo menos em princípio nos decidirmos por um aspecto ou outro. Parece que decidir por um ou por outro gera uma negligência injusta em relação a um dos dois; um detrimento que retira aspectos de grande importância, daquilo que é intuitivo pra nós em relação ao mental. Por exemplo, se digo que uma série de acontecimentos passados impuseram de alguma maneira uma forma de tomar decisões diferente das que eu vinha tomando anteriormente em relação a um determinado assunto, é intuitivo que eu inclua na explicação desse fato aspectos dessa experiência passada *dos quais eu não estou ciente todo tempo*, mas que no entanto reconheço como prováveis influências para a nova postura. Mas se tento explicar essa nova postura pela adoção de uma influência predominantemente inconsciente parecerá estranho, pois da mesma forma me é intuitivo que observações *conscientes* de minha parte guiam meu comportamento atual final. E essa segunda intuição com base no aspecto consciente parece ter uma força ainda maior, que a da crença num agente inconsciente como sendo aquilo que nos fornece a impressão de que nosso *eu* possui um espécie de agente intencional que permanece inalterado ao longo do tempo. Intuitivamente tal agente intencional parece sempre se ligar mais fortemente ao que é *consciente*. Mas partamos do pressuposto de que não podemos negar a força intuitiva de nenhum dos dois (consciência e inconsciente), seja em menor ou maior grau para um ou outro; então as questões mais importantes passam a ser as seguintes:

(1) A autoconstrução é puramente consciente, ou construímos nossa auto-referência pelo menos parcialmente de modo inconsciente? (2) Estamos de alguma forma a cargo do que construímos, ou as forças que constroem a construção do *eu* são muito fortes para que possamos neutralizá-las e assim formamo-lo à mercê de poderes maiores? (...) A resposta curta à primeira pergunta é que nós realmente não sabemos se a autoconstrução é uma empresa consciente porque não sabemos o suficiente sobre a influência do inconsciente. No entanto, ela se apresenta como se pedaços significativos do eu tenham laços cruciais para o inconsciente. Não há uma resposta curta à segunda pergunta. (HARDCASTLE, 2008, p. 92. *Grifo meu*).

Sabemos que sobre o ponto de vista incisivo da Psicanálise, por exemplo, se admite, ou melhor, se precisa admitir para o cumprimento de sua explicação do aparelho psíquico, que o que predomina no mental é o inconsciente.³⁶ Já na psicologia cognitiva acompanhamos, por

³⁶ Na seção *Qualidades Psíquicas* em seu *Compêndio de Psicanálise* Freud escreve: “(...) Estabelecemos, assim, uma espécie de seqüência de *complementação consciente* para o psiquismo inconsciente. (...) Isso nos adverte de que a consciência não passa de um estado altamente *fugaz*. (FREUD, 2014, p. 51. *Grifo meu*)

exemplo, a tentativa de explicação de como um processamento inconsciente influencia o comportamento manifesto através dos estudos sobre percepção subliminar. No entanto nenhum dos dois campos de estudo resiste ileso a algumas formas de crítica. No primeiro podemos observar, por exemplo, que os dados obtidos e as explicações fornecidas pelo psicanalista a partir de certos casos não podem ser testados satisfatoriamente, pois “se não pudermos acessar o inconsciente exceto muito indiretamente por meio de sua influência no comportamento consciente, então seremos amaldiçoados com interpretações multitudinárias.” (HARDCASTLE, 2008, p. 95). No caso da psicologia cognitiva é duvidoso que experimentos de efeito *priming* (do tipo apresentar estímulos de modo muito breve) tenham causado influências significativas posteriores no comportamento de dado público.³⁷

Embora tenhamos que admitir o fato de que as tentativas de explicação e/ou evidenciação de uma parte mental inconsciente ainda sejam insatisfatórias em alguns de seus aspectos, já trazem a tona algumas características que de alguma maneira terminamos por admitir como ocorrendo de fato em nossa vida mental. No primeiro capítulo eu havia apontado o exemplo usado por (Rosenthal, 1997) de que não é difícil pra nossa intuição, embora estejamos mais focados no consciente, considerarmos a ocorrência de sensações corporais inconscientes (ex. dor de cabeça que permanece por longo período e da qual não estamos conscientes o tempo todo em que durou) e de que algumas distinções entre os modos como compreendemos o próprio fenômeno mental consciente podem nos oferecer pistas sobre o aspecto inconsciente (ex. distinções entre *cs. de criatura x cs. de estado; cs não introspectiva x cs. introspectiva; cs. transitiva e cs. intransitiva*). Creio que observações dessa natureza ajudam de fato a corroborar a afirmação de uma parte inconsciente do psiquismo, pois são intuitivamente bem aceitáveis. O passo maior, no entanto, é encontrarmos a resposta para se o modo de ser mais próprio do mental é consciência ou o inconsciente. Isso nos permitiria, por exemplo, considerar como válidas ou não, teorias como as H.O.Ts. Creio que para afirmar algo sobre isso é necessária uma cautela maior. Qualquer teoria filosófica ou científica que pretenda afirmar uma parte inconsciente do psiquismo, de algum modo ou de

³⁷ “In the late 1950’s, a marketing executive allegedly flashed the words “Eat popcorn” and “Drink Coke” subliminally to moviegoers in New Jersey (“Persuaders Get Deeply ‘Hidden’ Tool,” 1957, as discussed in Loftus & Klinger 1992). He supposedly superimposed these words on select individual frames in the movie filmstrip so that they appeared too briefly to be seen consciously. Other sales managers tried similar tricks (cf., Wortman & Loftus 1992). Whether any of these ploys actually worked is doubtful (Loftus & Klinger 1992). Nevertheless, the idea that we can manipulate our behavior by presenting unconscious semantically interpretable messages worked its way into the public arena.” (HARDCASTLE, 2008), p. 95).

outro, levanta essa questão (o modo de ser mais próprio do psiquismo é cs. ou ics.); e, por conseguinte, exige uma tomada de decisão em relação a predominância de um ou outro na vida mental.

De acordo com o que apresentei sobre a teoria de Rosenthal (1986; 1997) no primeiro capítulo, nossa intuição comum é considerar a consciência enquanto acesso como essência do mental, mas seria necessário que se desfaça essa imagem, pois o modo cartesiano de pensar, mesmo apresentando equívocos, ainda é predominante. Mas será que a maioria das perspectivas filosóficas e mesmo científicas hoje, tem mesmo tanta dificuldade considerar uma parte inconsciente do psiquismo? E a consideram uma *contradictio in adjecto*? Embora saibamos que em sua teoria Rosenthal já pressupõe de alguma maneira, assim como na Psicanálise, por exemplo, que estados conscientes são fugazes e que o que predomina no mental é de fato o inconsciente. Seria isso exclusividade de teorias como as H.O.Ts?

Talvez ainda não tenhamos elementos conceituais e empíricos suficientes para julgar esse mérito (ênfase na cs. ou no ics.) de modo incisivo; embora se esteja trabalhando bastante para podermos afirmar algo de modo mais seguro.³⁸ Diminuindo o grau de acerto do que é dito por Rosenthal sobre nossa perspectiva do mental (intuitivamente ainda damos praticamente toda ênfase a consciência), o cenário de discussão atual, inclusive o próprio grupo de teóricos no qual ele se inclui, parece estar considerando de modo relativamente seguro uma importância crucial do inconsciente na explicação de nossos estados mentais de modo geral. E, por conseguinte que essa parte inconsciente já é um fato. Quanto a isso, acredito que teóricos que pensam desse modo estão num caminho certo. Resta saber somente se a afirmação de que a ênfase na consciência como marca do mental está mudando gradativamente em contextos *não* científicos ou *não* filosóficos, ou seja, em meio ao senso comum. Se a resposta for sim, Rosenthal estaria ainda mais equivocado em fazer tal afirmação e se for não, ele tem seu grau de acerto aumentado em relação a isso. O fato é que de um modo ou de outro temos de nos decidir quanto a se uma parte inconsciente de nossa vida mental é um fato; e como antes dito, creio que a presença de processamentos inconscientes são inegáveis em nosso psiquismo. Como afirma (HARDCASTLE, 2008), apenas fica difícil tomarmos alguma decisão mais contundente em relação ao inconsciente em

³⁸ Gostaria de dar ênfase ao fato de que as teorias da consciência como monitoramento de ordem superior (H.O), são um testemunho importante de uma mudança de perspectiva em relação ao mental; que historicamente tinha uma ênfase na consciência (como exemplo ver índice de GENNARO, 2004). Mas não são pioneiras, nem estariam sozinhas nisso.

nossa vida mental, e como este se processa, porque ainda sabemos pouco sobre ele. Contudo nos sentimos como se partes significativas do que somos (nosso sentimento de *eu*) tivessem laços para o inconsciente.³⁹

Na seção seguinte examino a questão de se seria mais sensato afirmar como na teoria de Rosenthal que os estados mentais conscientes e inconscientes teriam o mesmo conteúdo representativo e o mesmo caráter qualitativo e assim sugeririam ser estruturalmente idênticos, ou afirmar que tais estados diferem em termos de estrutura como (Hardcastle, 1995, 2004). Isso forçaria teorias como as H.O.Ts a reelaborarem sua consideração de que são pensamentos de ordem superior que nos permitem tornar conscientes de certos estados mentais. Pois não teríamos mais como um dado que uma mudança no conteúdo do estado mental inicialmente inconsciente promovida por pensamentos de ordem superior é o que nos torna conscientes de nossos estados mentais uma vez que segundo a teoria H.O.T os estados inconscientes preservam a mesma estrutura dos estados conscientes. Uma consequência inicial disso é que a teoria da consciência de David Rosenthal teria que ser revista.

2.2 Diferenças entre estados mentais conscientes e inconscientes: considerações sobre conteúdo e estrutura.

Considero interessante lembrarmos aqui a perspectiva filosófica inaugurada por Brentano em sua (Psicologia de um ponto de vista empírico) onde se pressupõe que estados mentais são radicalmente diferentes de estados físicos (ex. fisiológicos), pois estes estão sempre direcionados de modo intrínseco a um conteúdo intencional (cf. Brentano, 1995, p. 88) Mesmo após o surgimento de diversas formas de materialismo na segunda metade do século XX, parece que é necessário que admitamos o pressuposto de Brentano de alguma maneira; isso por que um estado mental está de fato sempre direcionado a um conteúdo em específico. É difícil imaginarmos que um estado mental possa ser comparado com um estado fisiológico na medida em que este segundo atende a outras funções de sobrevivência que não possuem conteúdo intencional por assim dizer; já um pensamento sobre um estado fisiológico, por exemplo, tem como conteúdo intencional este estado em questão. É até difícil imaginar um estado mental acerca de nenhum conteúdo. Quando o tentamos, caímos

³⁹ Reler citação mais acima: (HARDCASTLE, 2008, p. 92).

automaticamente na situação de pensarmos sobre a possibilidade da inexistência de conteúdos intencionais o que já configura o próprio conteúdo.

Contudo, quando elegemos uma característica predominante para distinguir estados mentais de outros estados, isso ainda não nos oferece um indicativo seguro de que podemos nos decidir mais prudentemente por uma explicação do mental em que se considera os fenômenos mentais a partir de sua descrição fenomenológica conceitual; não sendo primordial (embora possa eventualmente ser importante) dar conta de trazer a tona o que contribuiria em termos causais e explicações de caráter empírico para que tal fenômeno venha a ocorrer desse ou daquele modo. Ou se por uma explicação sobre que tipo de ocorrência neurofisiológica poderia estar contribuindo para o mesmo fenômeno se manifeste desse ou daquele modo. Ou ainda elegendo quais seriam as propriedades mentais e cerebrais mais apropriadas para se estudar (observar empiricamente) e a partir delas desenvolver uma teoria informativa da consciência, dentre outras. As duas descrições acima parecem definir a empresa de Hardcastle e Rosenthal respectivamente. Claro que mesmo teorias como as neurofisiológicas por mais avançadas que possam existir um dia, também dependerão do que em outros tipos de teoria se aceitar como fatos sobre a consciência para completar sua explicação.

Se comparadas, ambas as formas de explicação não sobrevivem bem ainda sem elementos de ambos os lados. De um lado a explicação fenomenológica da consciência pode ser acusada de basear-se meramente em intuições filosóficas e sabemos que a ciência não funciona dessa maneira, pelo contrário, longe disso; de outro, uma explicação dos fenômenos conscientes baseada em experimentos científicos pode errar ao excluir explicações baseadas em intuições fenomenológicas apenas por que ainda não foram empiricamente testadas por assim dizer. É válido lembrar também que enquanto um fenômeno não é satisfatoriamente explicado, está aberta a possibilidade de que o mesmo possa ultrapassar a capacidade de explicação da nossa própria cognição.⁴⁰

Quero após essa breve explanação comparativa acerca dos modos de abordar problemas relacionados ao mental, voltar às questões relacionadas ao problema da consciência propriamente dito. Como no primeiro capítulo expus a teoria metapsicológica de Rosenthal sobre a consciência, me reservo aqui a analisar e apresentar as críticas, propostas, e questionamentos presentes, sobretudo, em Hardcastle, 1995, como forma de ilustrar uma

⁴⁰ Refiro-me a ideia central dos *New Misterians*. (ex. McGINN, 1989;1991;1995).

análise comparativa entre duas perspectivas distintas, bem como trazer a tona uma forma de abordagem filosófica mais fortemente voltada ao diálogo com as ciências empíricas; para então poder analisar o peso do valor explicativo de cada tipo de abordagem.

Hardcastle, 1995, p. 57 questiona “quais as diferenças psicológicas e neurofisiológicas entre estados conscientes e inconscientes”. Claramente estaria querendo saber quais as diferenças existentes para além do fato de que os primeiros são conscientes e os últimos não. Com esse questionamento a autora pretende também introduzir a idéia chave de sua teoria dos “múltiplos sistemas de memória”⁴¹, a saber, a de que a consciência é uma atividade em um sistema de memória semântica. Memória nesse contexto não é entendida apenas como envolvendo o armazenamento de percepções anteriores, mas também o processamento de percepções atuais. Após de, nos primeiros três capítulos de *Locating Consciousness*, 1995, Hardcastle mostrar o que seriam algumas evidências da psicologia comportamental que envolvem a ativação (parcial) das memórias, expõe no capítulo quatro do mesmo texto como algumas diferenças estruturais entre processos mentais conscientes e inconscientes podem ser explicadas por sua teoria dos múltiplos sistemas de memória. Dedicarei à próxima seção a exposição dessa teoria e a análise de algumas conseqüências de seus principais argumentos a teorias tais como as H.O.

2.3 A consciência a partir da teoria dos múltiplos sistemas de memória de Hardcastle.

Logo no início da exposição de sua teoria a autora deixa claro que um bom lugar para se começar uma investigação sobre processos mentais conscientes e inconscientes seria pela exploração de suas diferenças, portanto essas precisam de saída ser demarcadas. Lembremos que na teoria de Rosenthal os estados mentais conscientes e inconscientes teriam que ter o mesmo conteúdo representativo e o mesmo caráter qualitativo. Já na perspectiva presente na teoria em questão, existem várias evidências empíricas de que estados conscientes e inconscientes diferem radicalmente em termos de estrutura. Resta-nos analisar de perto esse posicionamento, porém a primeira vista já é possível imaginar que se tal pressuposto for

⁴¹ Ver: HARDCASTLE, 1995, p. 83

viável, pelo menos uma parte significativa da teoria H.O.T de Rosenthal terá de ser revista. Pois como estruturas radicalmente distintas poderiam resguardar tal semelhança de conteúdo?

Hardcastle pretende compreender a consciência dentro dos paradigmas atuais de processamento de informação. Existiriam pelo menos dois sistemas de memória distintos e independentes, porém apenas um deles seria relevante para a consciência. Ela usa a seguinte estrutura para construir uma hipótese sobre como entender a consciência em relação aos nossos processos mnemônicos:

Em suma, nossos sistemas de "memória" processam estímulos recebidos, bem como armazenam experiências anteriores, porque há pouca diferença entre o armazenamento de percepções anteriores e o processamento de atuais. Em particular, os estados mentais usam as informações armazenadas em seus "julgamentos" para "interpretar" os dados recebidos, de modo que se encaixam em unidades ou esquemas significativos. Ao comprovar a interação de nossos sistemas de memória "conscientes" e "inconscientes" no processamento de estímulos recebidos, oferecemos uma história causal da percepção consciente. (HARDCASTLE, 1995, p. 59).

É importante lembrar que o tipo de abordagem proposto aqui é reconhecido pela própria autora como apenas especulativo, porém a mesma afirma que “essas idéias, pelo menos, ilustram o tipo de teoria *que se deve* desenvolver, dadas as evidências em mãos” (Hardcastle, 1995, p. 59 *grifo meu*). Tais evidências seriam extraídas da neurofisiologia, psicologia do desenvolvimento, neurologia clínica e psicologia cognitiva e focando principalmente em estudos iniciais e o que eles podem nos dizer sobre o processamento normal na memória humana. Se de fato for mais correto ou pelo menos mais prudente procurar extrair evidências destes campos de abordagem da ciência citados acima para explicar consciência de modo mais informativo, então temos outra consequência negativa às teorias H.O, a saber, tais teorias embora tenham de certo modo uma postura naturalista e devam em alguma medida aguardar que estudos empíricos por ventura venham a testar suas hipóteses sobre mente e consciência, de fato não dialogam com tais campos de atuação nem mesmo como ponto de partida para suas explicações. Então se uma tentativa de explicação da consciência baseada em processamento de informações e sistemas de memória for viável poder-se-á considerar que as teorias H.O. estão incompletas pelo menos do ponto de vista empírico; já que tais informações se encontram disponíveis atualmente. Vejamos a seguinte passagem onde Hardcastle descreve o que seria uma dessas evidências:

(...) há evidências convergentes substanciais das várias ciências cognitivas de que, em vez de diferentes tipos de acesso ao mesmo sistema de memória, existem (pelo menos) dois sistemas de memória separados no cérebro, apenas um dos quais suporta a percepção consciente. Já sabemos, (...), que os estímulos que não são conscientemente percebidos, mas que são registrados, no entanto (em uma tarefa de memória "automática"), podem influenciar o comportamento; e podem influenciá-lo de forma diferente dos estímulos que são conscientemente vistos. (...) Compreender como esses diferentes sistemas funcionam e interagem nos colocaria bem no nosso caminho para o desenvolvimento de uma história causal funcional dos processos conscientes. (HARDCASTLE, 1995, p. 61).

Embora a abordagem escolhida por Hardcastle pareça ser um terreno em que se possa transitar com mais segurança no que respeita ao seu caráter empírico por assim dizer, permanece conceitualmente incompleta; problema que uma teoria como a HOT de Rosenthal não enfrenta, pelo menos no que se restringe realmente a sua parte conceitual; pois embora seus pressupostos não sejam testados nem observados empiricamente ao modo das ciências cognitivas, parecem representar bem o modo como experimentamos o mundo ao nosso redor em termos de nossas experiências fenomenológicas.⁴² Já no que respeita a parte das teorias H.O de modo geral, em que se descreve como determinados processos mentais ocorrem em sua funcionalidade normal (ex. como um estado mental se torna consciente/ mecanismo H.O), estas podem sem sombra de dúvida ser realmente acusadas de estarem incompletas. Mas para serem válidas as teorias filosóficas precisam estar ao modo da lógica científica? Como já questionei em outro momento, as teorias filosóficas sobre a mente e consciência precisam dialogar necessariamente com evidências empíricas provenientes das ciências psicológicas? Eu particularmente creio que seja prudente que sim, pois embora esse tipo de diálogo não seja necessariamente inadiável, não ocorrendo, pode colocar teorias filosóficas na situação de serem acusadas de iniciarem seus pressupostos em um ponto de partida errôneo ou mesmo ter de revê-los radicalmente. Em outras palavras, um cientista cognitivo pode muito bem ilustrar especulações filosóficas (o que parece ser a tentativa da Hardcastle) com experimentos

⁴² Como exemplos de que alguns argumentos da teoria HOT de Rosenthal parecem bem aceitáveis a nossa intuição, rever o argumento das sensações corporais inconscientes e também as distinções entre cs. de criatura e cs. de estado, cs. não introspectiva e cs. introspectiva, e cs. intransitiva e cs. transitiva. Observe-se também que o pressuposto básico de que nossos estados mentais de modo geral possuem as propriedades intencionais, fenomenológicas e de ser consciente, parece ser intuitivamente simples e aceitável. Particularmente acredito que enquanto não houver uma evidência empírica convincente que contrarie cada uma das principais intuições que temos naturalmente acerca de nossa vida psíquica, (o que lhe resguarda o caráter de serem verdadeiras) não poderemos considerar nenhuma hipótese filosófica como secundária ou equivocada, mas no máximo apontar o caminho metodológico de investigação mais adequado; mas nem essa tarefa ainda se pode operar com sucesso que os objetivos finais de teorias sobre mente e consciência exigem.

testados que correspondam bem ou mesmo minimamente a especulação em questão e assim tanto evitar um ponto de partida que no fim das contas seria proveniente de intuições não comprovadas e assim infrutífero ou ainda a partir do ganho trazido pelo conhecimento dos experimentos, enriquecer a especulação e seus pressupostos.

Diante desse quadro uma teoria da consciência tal como a de Rosenthal, ou ainda as teorias H.O em geral, podem de fato ter de se adequar ou mesmo responder a algumas questões importantes e urgentes das quais seus representantes podem não ter se dado conta ou mesmo optado por não se envolverem. Mas, mesmo diante das observações críticas declaradas que possam ter havido as teorias H.O sobre a consciência, seus autores poderiam alegar que numa especulação filosófica não é necessariamente preciso admitir a lógica da ciência e a lógica da especulação filosófica tenham de fundir-se ou ainda que uma tenha que partir da outra. Poderíamos nesse caso imaginar uma situação inversa onde o filósofo da mente exigisse que um psicólogo cognitivo empregasse necessariamente pressupostos filosóficos nos pontos de partida ou mesmo conclusivos de suas pesquisas. A meu ver essa é de fato uma promissora fusão, mas que não é condição *sine qua non* para nem um dos dois campos em questão iniciarem bem ou mal suas pesquisas.

Apenas a guisa de exemplo podemos lembrar que a fenomenologia inaugurada por Edmund Husserl e seus desdobramentos posteriores como a fenomenologia Heideggeriana são casos claros de que é possível que um campo filosófico de especulação contribua significativamente com a psicologia científica (como é o caso das tentativas de consolidar uma abordagem fenomenológico-existencial na clínica psicológica atualmente)⁴³ sem, no entanto pertencer a ela nem partir de sua lógica. Também podemos imaginar inúmeras situações onde os resultados obtidos em investigações norteadas pelo método clássico das ciências naturais, por exemplo, possam enriquecer uma investigação filosófica ou mesmo definir suas principais características. Dada a grande quantidade de teorias filosóficas da mente que desde a segunda metade do século XX vem dialogando e se apoiando no conhecimento científico para enriquecer e corroborar seus pressupostos, o que como já

⁴³ Como exemplo ver: FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração**. 4. ed.. Petrópolis: Vozes, 1983. Original data de 1945.

afirmei encaro como característica positiva embora não necessária de pesquisa, creio que não sejam necessários aqui muitos exemplos de situações desse tipo.⁴⁴

Após essas considerações fica mais claro que sob certa perspectiva, o fato da teoria H.O.T de Rosenthal não partir de uma abordagem tal qual a dos múltiplos sistemas de memória de Hardcastle, ou seja, não tentar compreender a consciência dentro dos paradigmas atuais de processamento de informação ou algo semelhante, não significa de saída que existe algo a ser revisto, pois quando o autor propõe a tese básica de sua teoria da consciência ele descreve o que seria a sensação fenomenológica junto a um estado mental intencional como sendo o que nos faz ser cientes de estarmos em determinado estado; mas isso de um modo que parece se adequar bem a maneira como experienciamos esse tipo de situação. Vejamos:

Os estados conscientes são simplesmente estados mentais em que estamos conscientes de estarmos. E, em geral, nosso ser consciente de algo é apenas uma questão de ter um pensamento de algum tipo sobre isso. Conseqüentemente, é natural identificar um estado mental sendo consciente com o pensamento atual de uma pessoa de que está nesse estado mental. (ROSENTHAL, 1986, p.335).

Sabemos é claro que esse não é um pressuposto isolado que resguarda a teoria H.O.T de Rosenthal, porém é a partir dele que se procura evidenciar e provar outros pressupostos ao longo de seu desenrolar; destarte, se for possível admitir que tal descrição parece intuitivamente correta, a teoria possui um ponto de partida aceitável. Mesmo sendo uma descrição puramente conceitual em princípio, diz algo sobre como vivenciamos a experiência de sermos conscientes de certos estados mentais.

Hardcastle visa empregar o tipo de evidência que descrevi mais acima não apenas para apontar o tipo de abordagem que seria mais adequado ao problema da consciência, mas para também neutralizar esse tipo de pressuposto básico de teorias como as H.O.Ts. Dizer, baseada e amparada em estudos específicos que certa evidência neurobiológica indica, por exemplo, que o condicionamento clássico para certa resposta requer apenas o foco num circuito específico do cérebro é diferente de descrever filosoficamente como o mecanismo HOT nos torna conscientes de certos estados. Mas qual seria então o critério mais adequado para julgar o valor epistêmico de ambos? Qual o mais adequado a uma investigação de processos

⁴⁴ Veja-se: CHURCHLAND, P. S. The Impact of Neuroscience on Philosophy. In: **Neuron** 60, November 6, 2008.

mentais? Lembremos que em última análise nenhum dos dois é falso apesar de aparentes incompletudes a depender do ponto de vista a partir do qual são analisados. Sobre a possibilidade de generalização de algumas evidências que os estudos sobre o processamento de informações na memória, Hardcastle (1995, p. 61) diz que (...) “mesmo que a generalização de qualquer explicação neurofisiológica particular para todas as instâncias de memória automática aprendida seja duvidosa, podemos tirar (...) conclusões amplas [significativas]” acerca de como esses processos influenciam nossa vida mental consciente. Vejamos a descrição de mais uma evidência:

Os requisitos mínimos aparentes para (pelo menos certos tipos de memória automática) contrastam com a história por trás da "memória controlada" relacionada à experiência qualitativa, pois aparentemente as memórias em um sistema de memória controlada requerem o hipocampo e as áreas adjacentes do córtex. (HARDCASTLE, 1995, p. 63)⁴⁵.

Diante das evidências neurofisiológicas apresentadas se pode questionar o seguinte: que experiências fenomenológicas e intencionais subjazem a essas descrições trazidas pelos estudos citados? Pois para além das ocorrências no córtex, há experiências humanas particulares, (não entrarei no mérito de experiências dos animais) reais ocorrendo. Esse ainda parece ser o *locus* privilegiado da descrição filosófica de processos mentais. Não que outros campos não possam contribuir nesse sentido; e até devem, insisto nisso. No entanto se noções como pensamento, atenção e introspecção⁴⁶, por exemplo, ficarem definidas do modo mais claro possível, as lacunas explicativas tais como as que se atribui a teoria H.O.T de Rosenthal, diminuam significativamente.

⁴⁵ Segue-se o relato ampliado desse estudo: “Larry Squire and Stuart Zola-Morgan have developed an animal model for this memory system based on studying a variety of bilateral lesions in the medial temporal lobe in monkeys. The most extensive bilateral lesion in the medial temporal lobe system that Squire and Zola-Morgan study, the H+A+ lesion, includes the hippocampal formation (the dentate gyrus, the hippocampus itself, the subicular complex, and the entorhinal cortices), the amygdala, and the surrounding perirhinal and parahippocampal cortices. Monkeys with this lesion are severely impaired on memory tasks that require direct access to memories of previous episodes, although they can still learn skills at normal levels.” (HARDCASTLE, 1995, p. 62). Ver ainda as conclusões obtidas pelos autores Squire & Zola-Morgan no parágrafo subsequente.

⁴⁶ Em HARDCASTLE, 2004, p. 282, a autora critica o uso dos termos *atenção* e *introspecção* por ROSENTHAL, 1997, p. 745. No entanto na página seguinte admite pelo menos que “parece que investigando a introspecção e atenção, provavelmente aprenderemos mais sobre o que torna alguns estados mentais conscientes” e conclui que “se pudéssemos entender como introspeccionamos ou dirigimos nossa atenção e o que nos permite fazê-lo, então aprenderíamos algo realmente importante sobre o que a consciência realmente é” (283). Quanto ao termo *pensamento* o incluo nessa seara pelo fato de que a meu ver é um dos conceitos que apesar de tão comum a literatura filosófica e a nossa própria intuição, resiste às tentativas de uma definição precisa.

De fato àquela clássica recomendação filosófica de que os conceitos que orientam as teorias devem ser o mais claro e bem definidos possível, é ainda mais necessária nos dias atuais, pois as teorias filosóficas, sobretudo as da mente e consciência, concorrem inevitavelmente com uma infinidade de explicações científicas de outra ordem e isso exige parâmetros e evidências muito mais precisos. Por mais que exista, é claro, a possibilidade de pesquisas independentes.

É válido reiterar como observa (BROWNE, 1997, p. 1) que as “excursões filosóficas em que se usam dados empíricos para lançar luz à natureza da consciência apesar de bastante interessantes, nem sempre são convincentes por uma variedade de razões”. A meu ver, uma das críticas de Valerie Hardcastle mais significativas as teorias H.O.T é a de que para ser completa uma teoria da consciência tem de apontar não apenas como os estados conscientes se dão no mental, mas oferecer evidências sobre o que interage causalmente para que ocorram. Digo isso pelo fato de que tal observação exige um posicionamento empírico de teorias sobre a mente e consciência de base predominantemente conceitual, como é o caso das H.O. Apesar de ser uma crítica relativamente simples fica claro que um diálogo mínimo com alguns campos de estudo empírico ligados ao mental é de fato importante para não haver acusações dessa natureza; que no fim das contas são fundamentadas. No entanto é bom ter sempre em vista que a abordagem proposta pela autora e a abordagem empregada nas teorias H.O seguem propósitos semelhantes (explicar como processos mentais conscientes se dão no mental), mas que são perseguidos a partir de caminhos metodológicos decididamente distintos. No caso específico de David Rosenthal, sabe-se que é um pesquisador ativo na área de ciências cognitivas. É possível, vale o complemento, que o mesmo tenha optado, e parece que é esse o caso, por explicar consciência nos termos daquilo que em nossas experiências mentais de vigília nos parece intuitivo e mais familiar, ou seja, a partir das propriedades de que são compostos nossos estados: propriedades fenomenais, intencionais e, no caso de sua teoria em específico, a de ser consciente; apontando-se que aparências fenomenológicas, segundo ele, devem ser descartadas e quais pressupostos devem ser adotados em detrimento delas.

É um passo muito grande afirmar ou pretender que certo tipo de abordagem irá reduzir o valor explicativo da outra. Nos dois casos em questão aqui (teoria H.O.T e dos Múltiplos sistemas de memória), não vemos, como tem sido desde o surgimento e crescimento acelerado de teorias sobre a consciência em meados do fim da década de 1980, uma teoria que

nos coloque frente a uma compreensão clara do que o fenômeno consciente representa em nossa vida mental ou mesmo como em termos neurais surge e se manifesta do modo tal como o experimentamos fenomenologicamente. Mas obviamente que isso não nos furta ao dever de um posicionamento em relação a um tipo de abordagem ou outro. Não falo apenas dos dois em questão aqui, mas para além do fato de que temos uma consciência existe também o fato da existência de dezenas de tentativas de explicação; isso para citar apenas as pesquisas em filosofia da mente. Desse modo mesmo que queiramos encerrar um grupo de objeções com outras no que respeita a duas ou mais teorias concorrentes, o podemos; mas isso não parece grande coisa. Por hora parece mais interessante a velha postura filosófica corajosa de tomar partido por uma explicação que se apresente mais viável independente de se a mesma apóia-se inicialmente em evidências empíricas ou não. O que quero dizer aqui é que, como se sabe, apesar de sua grande influência, evidências empíricas não são sinônimas nem garantidoras de teoria viável do ponto de vista de uma explicação completa de certo fenômeno. Isso não apenas no caso dos estudos sobre mente e consciência, mas é válido lembrar-se também que a própria ausência de uma unidade metodológica rígida na ciência pode em diversos casos ser mais produtivo⁴⁷ que os mais consagrados métodos guiados pela busca de maior previsibilidade e controle dos fenômenos; proveniente das ciências naturais.

Hardcastle, 1995, p. 83 diz do seu trabalho que ele é “um exemplo extenso de pesquisa interdisciplinar” de fato há uma interessante interdisciplinaridade na medida em que a autora apóia argumentos filosóficos em estudos de neuropsicologia e neurofisiologia, programação de AI, lingüística, psicologia cognitiva e do desenvolvimento, e neurologia clínica. A mesma defende que para que uma explicação da consciência possa gerar frutos no presente devemos começar pelo fisiológico e pelas manifestações comportamentais (fenômenos de primeira ordem) para só assim poder explicar o verdadeiramente mental (fenômenos de ordem superior). Vejamos a seguinte passagem onde a autora explicita essa idéia:

(...) ao invés de apenas buscar as transformações de informação de nível superior que são necessárias ou suficientes para a consciência, devemos nos concentrar naquilo do que somos conscientes – tanto os tipos de representações que podemos perceber conscientemente quanto o tipo de atividade neural subjacente a essas representações – e como a estrutura psicológica e neurofisiológica dos eventos conscientes difere daqueles de eventos inconscientes. (HARDCASTLE, 1995, p. 171).

⁴⁷ Faço alusão aqui à idéia central de *Against Method* de Paul Feyerabend. (para acompanhar de modo geral as principais idéias que resguardam esse ponto de vista ver a introdução de: FEYERABEND, 1993).

O enigma que motiva Hardcastle segundo, Browne, 1997, p.1 é o fato de “(...) que não é de todo óbvio se, e de que modo a consciência contribui para as funções de processamento de informações no cérebro”. Se não está claro que a propriedade de ser consciente está relacionada à como processamos informação e conseqüentemente organizamos nosso campo, mais uma vez a teoria de Rosenthal não oferece certeza de que o mecanismo H.O.T é real ou se ele corresponde com a descrição sobre o que de fato interage causalmente para que venhamos a nos tornar conscientes. Contudo, a questão mais premente das que são suscitadas pelas críticas presentes nas pesquisas da autora, e de que já falei mais acima, é a seguinte: estados mentais conscientes e inconscientes são estruturalmente idênticos uns aos outros e o que os separa são apenas o tipo de processamento pelos quais estão passando, ou diferem em termos de sua estrutura? Para esta questão Hardcastle diz que é improvável que diferenças funcionais enormes observadas através de estudos empíricos sobre tais estados pudessem ser obtidas sem algumas diferenças em sua estrutura.⁴⁸

Ao que parece a própria abordagem das evidências apresentadas ao longo das hipóteses contidas na Teoria dos múltiplos sistemas de memória seria uma demonstração da existência de uma diferença estrutural entre processamentos conscientes e inconscientes. Isto, como sabemos, põe em dúvida a possibilidade de que esses estados sejam iguais em termos de conteúdo representativo e caráter qualitativo. Inicialmente uma demonstração na diferença estrutural de seu processamento sugere o contrário da hipótese de igualdade de conteúdo. Alguns estudos citados por Hardcastle sobre eventos mentais envolvendo o hipocampo sugerem, por exemplo, que:

(...) podemos recuperar uma percepção ou pensamento anterior porque o hipocampo e as áreas relacionadas mantêm um "esboço" de como o conjunto distribuído de representações se encaixa em um único evento coerente. Em essência, então, o hipocampo "indexaria" ou resumiria as memórias a serem formadas. Este sistema seria assim importante para o processamento rápido de informações episódicas na percepção consciente. Outros tipos de aprendizagem, como as habilidades, os hábitos e o condicionamento mencionados acima, ficariam fora do escopo deste sistema (ou pelo menos não o exigem) e, em geral, são adquiridos a um ritmo mais lento e não são armazenados numa riqueza de detalhes tão grande. Aqui, então, encontramos *uma possível diferença* entre os componentes neurofisiológicos que suportam os processos relacionados a fenômenos conscientes e inconscientes. Os fenômenos conscientes estão conectados ao sistema de memória do lóbulo medial-temporal que subscreve uma lembrança explícita

⁴⁸ Ver anexo 1: Differences in processing between conscious and unconscious mental states (Hardcastle 1995).

e significativa, enquanto o processamento inconsciente pode ser encontrado nas diversas áreas do cérebro. Talvez se pudéssemos entender no que diferem fundamentalmente esses dois sistemas, então estaríamos bem no caminho para definir a diferença entre processamento consciente e inconsciente. (HARDCASTLE, 1995, p. 64/ *grifo meu*).

Uma confrontação de hipóteses como ocorre entre os dois tipos de abordagem que abordo neste capítulo inevitavelmente força uma tomada de decisão em relação à questão sobre conteúdo e estrutura de estados conscientes e inconscientes, mas as indicações provenientes de trabalhos de neurofisiologia sobre como ocorre esse ou aquele processamento pouco dizem sobre a experiência fenomenológica experimentada pelo aparelho cognitivo de um observador de um evento ou objeto, por exemplo. Mas suponhamos que um cientista cognitivo esteja correto em acusar que uma teoria em particular que descreve fenomenologicamente nossa experiência mental seja apenas uma intuição sem comprovação e, portanto sem grande confiabilidade. Mesmo assim, a experiência fenomenológica continua a ser um fato; e já que estudos neurofisiológicos não oferecem uma explicação sobre a experiência fenomenológica propriamente dita, voltamos à estaca zero. É como ter que devolver a acusação que certas frequências em determinadas áreas do córtex são apenas ondas elétricas distantes de nos oferecer uma hipótese pobre que seja sobre nossa experiência consciente. É como o exemplo de que manusear ou analisar um encéfalo não dirá nada sobre o que é a mente.

As inferências que provém de estudos de natureza neurofisiológica podem elas próprias abrir margem para interpretações diversas, pois se imagine, por exemplo, que alguém isolasse a sentença contida na passagem citada mais acima: “os fenômenos conscientes estão conectados ao sistema de memória do lóbulo medial-temporal que subscreve uma lembrança explícita e significativa, enquanto o processamento inconsciente pode ser encontrado nas diversas áreas do cérebro” (HARDCASTLE, 1995, p. 65), e a partir dela deduzisse que se o processamento inconsciente ao contrário do consciente pode ser encontrado em mais áreas do córtex do que apenas no lóbulo medial-temporal, então podemos presumir que algo (propriedade ou qualidade) inconsciente predomina no mental; logo o modo de ser mais próprio do mental é inconsciente.

Em princípio isso pareceria absurdo a nossa intuição, pela questão da experiência da *consciência como acesso* (da qual venho falando desde o início). Lembremos que segundo Rosenthal é equivocado extrair dessa experiência que essa consciência é e marca do mental, mas nossa intuição naturalmente tende a isso. No entanto essa conclusão a que se chegou no parágrafo acima poderia ajudar a validar teorias como a do próprio Rosenthal e da Psicanálise, por exemplo, pois compartilham da premissa de que o modo mais próprio de ser do mental é inconsciente. Isso é apenas uma das possíveis conseqüências de se reduzir a explicação dos fenômenos mentais exclusivamente a estados neurofisiológicos ou de defender-se como pretende Hardcastle, que estudos dessa natureza devem ser o ponto de partida de uma investigação sobre o fenômeno consciente. A meu ver uma provável evidência neurofisiológica não nos dá indicativos favoráveis suficientes a adotar um ponto de partida tal qual o que a autora sugere. No máximo tais evidências devem ser acolhidas como complemento e se forem bem comprobatórias devem ser utilizadas no sentido de evitar erros metodológicos desnecessários, mas apenas isso.

Para além destas considerações, uma hipótese como a de que pelo menos dois tipos de memória distintos correspondem ao processamento consciente e inconsciente, podem ser levados positivamente em consideração na busca pela descoberta de como tais processamentos se dão; esse pressuposto parece razoável; todo problema é que a neuropsicologia pode dizer muito pouco aos filósofos sobre a experiência qualitativa. Vejamos mais algumas considerações de Hardcastle, 1995 sobre o acompanhamento das manifestações dessas memórias citadas acima⁴⁹ a partir de alguns estudos de psicologia do desenvolvimento:

A sugestão da pesquisa neurofisiológica de que pode haver dois sistemas de memória diferentes em alguns mamíferos que operam independentemente uns dos outros ecoa na literatura sobre psicologia do desenvolvimento infantil. Podemos associar o sistema de memória automático mencionado acima às tarefas infantis de preferência e habituação a novidade e alguns paradigmas de condicionamento; e o que está subjacente a tarefas de busca de objetos e outros paradigmas estão ligados ao sistema de memória de acesso controlado. Além

⁴⁹ No mesmo capítulo de *Locating Consciousness* no qual Hardcastle trata do que seriam as evidências de uma memorial perceptual e outra processual, a autora ainda chega a citar um terceiro sistema de memória, mas admite que este nem se apresenta de modo elementar como o sistema perceptual e nem tão sofisticado como o processual explícito; não chegando, portanto, a explorar essa hipótese como as demais; nem dando-lhe lugar de destaque na discussão como a elas. (veja-se: HARDCASTLE, 1995, p. 72-83).

disso, mesmo que o sistema de memória automática pareça estar presente no nascimento, o sistema explícito mais rico aparentemente não surge até oito ou nove meses após o nascimento. Esses dados se concentram mais especificamente nas diferenças dos poderes causais dos dois sistemas e eles nos permitem começar a traçar o desenvolvimento e a expressão da consciência na cognição humana. (HARDCASTLE, 1995, p. 65).

O aprofundamento de estudos nessa direção sugere que a amnésia em crianças muito jovens, adultos amnésicos e animais com lesões no hipocampo possuem apenas um acesso de memória automático, ou seja, a memória explícita necessária ao processamento consciente de informações não existiria em tais indivíduos.⁵⁰ Em crianças muito jovens tal sistema ainda não se desenvolveu, nos adultos amnésicos com o sistema temporal medial prejudicado e animais com lesões no hipocampo ele foi seriamente danificado. No entanto amnésicos podem aprender habilidades e exibir efeitos comportamentais de condicionamento clássico embora não possam reconhecer os aparelhos de condicionamento com os quais interagiram. Por meio de tais informações se chega ao fortalecimento da hipótese de que pelas características apresentadas em vários testes e eventos, o acesso de memória automática parece estar de fato ligado ao processamento inconsciente de informações. Já o processamento consciente ao sistema de memória explícita. A autora explica ainda que:

A memória explícita (...) é mais sofisticada. Não está inextricavelmente ligada a qualquer modalidade particular, pode lembrar os fatos associados a eventos específicos na vida de um sujeito. Se estou correta em acreditar que a consciência está de alguma forma alinhada com a memória explícita, então também deve ser multimodal e vinculada a fatos particulares. Dentro de experiências particulares. (HARDCASTLE, 1995, p. 69).

Embora venha tentando explicitar fortemente esta perspectiva de explorar tanto o processamento consciente quanto inconsciente pela ótica dos estudos psicológicos em questão Hardcastle (1995, p. 70), pontua que embora os diferentes campos concordem no que tange as suas “descrições dos resultados experimentais, eles discordam sobre o que esses resultados significam em termos de princípios gerais a partir dos quais formular mecanismos causais subjacentes.” Parece-me que esse tipo de consideração abre margem para que continuemos a insistir que enquanto não houver consenso entre os cientistas cognitivos acerca dos princípios

⁵⁰ Ver: HADCASTLE, 1995, p. 68.

neurofisiológicos que subjazem aos fenômenos mentais conscientes, uma explicação fenomenológica de tais fenômenos, ou seja, uma explicação tal qual a da teoria H.O.T que embora não apresente testes empíricos acerca de seus pressupostos, mas que no entanto baseia-se em intuições convincentes acerca do mental, continua a ser pertinente, pois nos oferece hipóteses que atendem minimamente as exigências explicativas exigidas por nossas intuições acerca da experiência qualitativa. Claro que isso não nos deve levar a conclusão que todos os aspectos de uma teoria como a H.O.T possam ser aceitáveis.

No entanto imagine-se, por exemplo, que alguém não é um filósofo da mente ou pesquisador da consciência, mas interessado em saber algo sobre isso pergunte a um filósofo se ele já desenvolveu alguma reflexão acerca de como nos tornamos conscientes de nossos estados mentais e o filósofo nesse momento exponha uma teoria como a que apresenta o mecanismo H.O.T (nos tornamos conscientes de nossos estado mentais porque chegamos a ter pensamentos de ordem superior sobre os mesmos) e lhe exponha a teoria em detalhes; e em seguida o interlocutor não filósofo o pergunte, mas há uma teoria concorrente que não aceita tais pressupostos, nega-os parcialmente e/ou propõe outros? E o interlocutor filósofo responda, sim há! E em seguida exponha a teoria dos Múltiplos sistemas de memória, explique que ela é aproximativa e seu principal pressuposto é que devemos perseguir os mecanismos neurofisiológicos subjacentes aos estados conscientes e suas manifestações em dadas tarefas de memória realizadas por psicólogos especializados para chegarmos a resultados convincentes acerca de nossos estados conscientes. Isso basta para analisarmos a força explicativa de ambas.

Imagino que se o interlocutor não filósofo for sensato certamente dirá que embora os pressupostos da posição antagônica sejam particularmente interessantes, não satisfazem suas expectativas de conhecer uma explicação informativa assim como se o faz na primeira, pois diante da segunda forma de buscar uma explicação e do avanço relativamente lento das explicações neurofisiológicas de nossas experiências fenomenológicas o mesmo poderia se questionar se seria possível que ainda em vida pudesse vir a conhecer algo intuitivamente convincente embora não testado empiricamente acerca de seus estados mentais conscientes. Já que os correlatos neurais são apresentados apenas em forma de frequências no córtex por assim dizer e nossas experiências fenomenológicas são intensas e reais.

Já sabemos que nenhuma das duas propostas explicativas pode ser negada veementemente. Mas cabe a pergunta seguinte: quem atende melhor a nossa intuição em querer saber algo sobre os estados conscientes? Acredito que aqui já é possível ver que é necessário demarcar a posição que ambas as formas de abordagem (fenomenológicas e as que partem de estudos neuropsicológicos) devem ocupar por excelência nas investigações sobre estados conscientes e mesmo inconscientes. O interlocutor não filósofo ainda poderia pontuar: se pudesse haver uma interdisciplinaridade entre ambas as formas de abordagem não poderia ser interessante no fim das contas? E se o interlocutor filósofo for sensato acredito que responderá que sim.

O problema da abordagem defendida por Hardcastle parece ser o de que não oferece uma possibilidade razoável de crença acerca de como ocorre à experiência qualitativa, embora ela indique que esteja apenas no caminho para tentar realizar esta empresa, mas o fato é que o trato puramente filosófico de tais problemas não carece necessariamente de comprovação empírica para atender as nossas expectativas em conhecer certo fenômeno, pois está falando de experiências conhecidas por nós. A abordagem proposta não apenas por Hardcastle, mas por toda forma de teorizar sobre mente e consciência que declara ser necessário dialogar com as diversas ciências psicológicas, para chegar a algum lugar explicativo viável, não possuem a virtude explicativa de teorias baseadas em observações e intuições fenomenológicas que outro grupo de filósofos promove. A meu ver as teorias H.O de modo geral se encontram nesse segundo grupo. Daí a vantagem em se adotar esse tipo de abordagem em alguma medida, mas é claro, sempre atentando para a possibilidade de que algum estudo empírico possa contrariar alguma das hipóteses significativas das que são levantadas por esse tipo de teoria. Pois sabemos que ao identificar-se uma evidência empírica em contrário seria desonesto prosseguir com determinada crença em relação a certo fenômeno o qual inicialmente descreveu-se apenas no âmbito conceitual.

Na contrapartida vemos que o caminho metodológico da investigação exclusivamente neurofisiológica é tomado de modo incisivo pela autora quando em HARDCASTLE, 1995, p. 133, ao descrever que processamentos conscientes estão ligados ao sistema de memória correspondente e ainda sua frequência e ondas cerebrais (ex. 40HZ, P3, CA3), ela diz expressamente que “No mínimo, esse tipo de formulação nos dá um melhor *controle* sobre a questão da consciência do que o *qualia* introspectivamente escorregadio e intelectualmente

suspeito.” (*grifo meu*). Obviamente não seria de esperar que uma pesquisa sobre processamento consciente e inconsciente a esses moldes não viesse por enfatizar positivamente os critérios científicos da previsibilidade ou controle ou ambos. E não há nenhum problema nisso; mas insisto que as experiências qualitativas intuitivamente nos interessam muito, nos são muito caras e semanticamente enriquecidas ao lado dos estados intencionais. Como falei antes, não há problema nas intuições filosóficas e em seu poder explicativo até que uma evidência razoavelmente mais convincente prove seu contrário. Previsibilidade e controle estão longe de serem critérios de validação para o tipo de crença que as intuições produzem. Não é o caso de aceitarmos a inércia de nos envolvermos em uma neblina conceitual, mas é possível que um argumento filosófico cuidadoso sobre a experiência qualitativa possa propor intuições que sejam mais convincentes que algumas outras em voga. Esse movimento é, sem sombra de dúvida, de grande e inegável valor conceitual. No que respeita a esse ponto poderíamos tomar a seguinte passagem de Kuhn, 1998, como uma sensata advertência a postura cientificista exagerada:

A ciência normal, atividade na qual a maioria dos cientistas emprega inevitavelmente quase todo o seu tempo, é baseada no pressuposto de que a comunidade científica sabe como é o mundo. Grande parte do sucesso do empreendimento deriva da disposição da comunidade para defender esse pressuposto (...). (...), a ciência normal freqüentemente suprime novidades fundamentais, porque estas subvertem necessariamente seus compromissos básicos. (KUHN, 1998, p. 24).

Caso eu pretendesse a partir deste ponto dar continuidade a análise de teoria de Hardcastle, 1995 e suas conseqüências para a teoria H.O.T de Rosenthal, expondo em detalhes toda miríade de estudos experimentais e autores que a mesma apresenta, tornaria este capítulo enfadonho e fugiria aos objetivos específicos do trabalho, qual seja, analisar a capacidade explicativa da teoria H.O.T de Rosenthal bem como suas fragilidades e problemas conceituais emergidos das críticas feitas pela autora supracitada; a meu ver, as mais pertinentes encontradas dentre as imputadas pelos críticos declarados das teorias H.O. Desse modo a partir daqui me reservarei à exposição de meu posicionamento acerca dos principais problemas que emergiram da presente pesquisa, tratando-os no capítulo seguinte.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta dissertação foi iniciada com o intuito de contribuir com a resposta a questão sobre o que torna um estado mental um estado consciente bem como com respostas as questões adicionais que surgem e são exploradas ao longo da análise da hipótese metapsicológica dos H.O.Ts (pensamentos de ordem superior), e ainda dos principais argumentos presentes nos trabalhos de David Rosenthal (*Two concepts of consciousness* e *A theory of consciousness*) e das críticas imputadas às suas hipóteses nos trabalhos de Valerie Hardcastle (1995, 2004, 2008). No entanto presumo que meus posicionamentos quanto aos principais problemas presentes no trabalho possam ter sido apresentados de modo relativamente claro ao longo do texto; crendo nisto, aqui procurarei apenas reiterá-los.

A partir dessa exposição pudemos acompanhar a estrutura composta pelos principais argumentos da teoria da consciência de Rosenthal ao tentar responder a questão da consciência de estados mentais através do fato de que nos tornamos conscientes ao pensarmos sobre um pensamento de modo introspectivo e com nossa atenção focada no estado em questão. A seguinte passagem expressa de modo preciso espírito de sua teoria:

O estado mental estar consciente é uma questão de aparência – de como a vida mental de alguém parece ser [em um dado momento]. Se alguém se encontra em um estado mental, mas não parece estar *subjetivamente voltado* a esse estado, o estado não está consciente. Este teste direto para a consciência dos estados mentais está profundamente enraizado no senso comum e no trabalho experimental em psicologia. As teorias de ordem superior exploram isso, argumentando que um estado é consciente apenas se alguém está subjetivamente⁵¹ consciente de si mesmo como estando nesse estado. (ROSENTHAL, 2011, p. 431/ *grifo meu*).⁵²

⁵¹ Neste pequeno texto notar-se-á que Rosenthal (2011), explora a noção de estar subjetivamente consciente como não o fez em (Iden 1986, 1997). A meu ver essa noção poderia ter clarificado, nestas duas últimas, a definição das condições em que se está consciente de certo estado mental. Mas também é necessário pontuar que cronologicamente falando o surgimento dessa noção pode ser posterior.

⁵² Apesar do fato de esse texto citado ter sido escrito com o intuito de tecer réplicas a algumas críticas de Ned Block a teoria de Rosenthal, não explorarei esse aspecto aqui.

A noção simples (de aparência de como a vida mental de alguém parece ser) presente na passagem acima retrata bem o caminho pelo qual Rosenthal pretendeu conduzir sua abordagem do problema da consciência dos estados mentais; ou seja, pela exploração de experiências que nos são comuns em certos momentos de nossa vida mental. Nesse contexto uma teoria da consciência explica a subjetividade consciente, não a realidade mental subjacente “que é responsável por essas aparências; estar em um estado consciente não se trata de um estado mental que possui alguma propriedade monádica especial; em vez disso, é um aspecto de como a vida mental de alguém parece ser.” (ROSENTHAL, 2011, p. 432). Pode-se dizer que estas considerações citadas acima de alguma maneira podem ser entendidas como uma resposta à observação de Hardcastle, 1995, 2004 (vista no capítulo dois) de que uma abordagem que não se baseie necessariamente em comprovações das ocorrências neurofisiológicas que subjazem certos fenômenos⁵³ segue um caminho metodológico improdutivo. Como falei em outro momento do texto, esse argumento contra a teoria H.O.T não parece atingir seus principais objetivos explicativos baseados em como nossas experiências fenomenológicas parecem ser para nós. São notadamente abordagens distintas e independentes. Isso deve ser suficiente para a compreensão de que tal crítica não é, em última análise, pertinente; embora eu tenha defendido, e, em outra ocasião (no capítulo anterior), explicado porque que um diálogo mínimo com as ciências empíricas é sensato na atual filosofia da mente.

Outro ponto importante foi à análise da concepção de Rosenthal acerca de que propriedades compõem os estados mentais de modo geral (fenomenológicas, intencionais e de ser consciente); tendo em vista que essa última é, segundo o autor, relacional e que as duas primeiras estão presentes tanto separadamente como juntas em alguns estados. Ainda em outras palavras, consideramos intuitivamente que os estados mentais devem ter pelo menos uma ou outra dessas duas propriedades (fenomenológicas e intencionais). Quanto a esse ponto a concepção de Rosenthal sobre que propriedades compõem os estados mentais de modo geral parece, com exceção da terceira (a de ser consciente), de fácil aceitação. Não haveria grandes problemas em se admitir conteúdos qualitativos e/ou conteúdos proposicionais em um estado mental qualquer. Sobre essa questão vejo a importância de um posicionamento mais

⁵³ Ver: HARDCASTLE, 1995, p. 171.

específico apenas em relação à propriedade de ser consciente, pois essa pressupõe que ser consciente é eventual ou relacional e não está sempre presente em nosso fluxo mental. A meu ver, a crítica, ou melhor, a exigência de um correlato neural dessa propriedade ou pelo menos dos efeitos que ela gera em nossa vida mental e sua evidente ausência, não significa de modo algum uma incompletude sobre esse aspecto da teoria H.O.T, pois como expus em outro momento, não é ao que se propõe a teoria em questão. Creio que uma teoria fenomenológica dos estados mentais conscientes, visa satisfazer nossa intuição sobre os mesmos a partir da hipótese sobre como estes se dão, ou ainda, que aparências nos fornecem a impressão de que somos conscientes deles ou não; não sendo necessário que haja um conhecimento preciso ou aproximativo de um correlato neural correspondente a tal fenômeno para que a presente hipótese tenha valor de verdade.

Sobre isso penso que não basta exigir o correlato neural supondo que exista (embora intuitivamente o suponhamos); mas enquanto não se lhe apresentar de modo convincente, a contribuição que isso pode oferecer não é mais satisfatória que uma teoria tal qual a H.O.T. Porém isso obviamente não livra esta última de algumas fragilidades conceituais; eu não sei, por exemplo, se é correto dizer, embora não se tenha por necessidade expor o correlato neural desse fenômeno, que o que torna um estado mental consciente é um pensamento, sobre um pensamento, pois mesmo que algum fenômeno pareça de fato nos fazer focar introspectivamente nossa atenção sobre um estado mental qualquer, disso não se segue que podemos atribuir isso a uma cadeia de pensamentos de ordem superior como principal desencadeador de consciência dos estados mentais; pode ser que falar em pensamento nesse contexto seja bem adequado e a teoria pareça estar em um bom caminho, mas ela deve a meu ver ser menos taxativa em relação a se é um encadeamento de pensamentos de ordem superior ou de pensamentos com outros fenômenos (complemento que parece fazer falta numa explicação tal como a de Rosenthal); por exemplo, tecer argumentos que tratem fenomenologicamente⁵⁴ de memórias aqui me parece importante e embora isso possa ter em alguma medida ficado implícito Rosenthal não dá ao fenômeno da memória um lugar de destaque em sua explicação do mecanismo H.O.T; apenas vemos considerações que giram sobretudo em torno do seguinte espírito: o conteúdo intencional de um pensamento de ordem

⁵⁴ Quero aqui pontuar uma diferença entre uma concepção de memória que não tenha um compromisso inadiável com observações e estudos empíricos (e chamo convencionalmente de fenomenológica) e as que teriam esse compromisso (ex. as apresentadas por Hardcastle, 1995).

superior é o responsável pela aparência de estarmos subjetivamente conscientes de um estado mental.⁵⁵

Outra observação digna de nota: como pontuou HARDCASTLE, 2004⁵⁶, se soubermos mais sobre a introspecção e a atenção poderemos ter maiores esperanças de compreendermos o fenômeno mental consciente; nesse sentido acredito que a teoria H.O.T de Rosenthal trata desses fenômenos de forma relativamente segura, embora os mesmos, assim como o termo pensamento, escapem a uma definição satisfatória precisa (mesmo que saibamos o que se quer expressar a partir de cada um deles). A forma axiomática⁵⁷ a partir da qual Rosenthal vai encadeando os fenômenos é que parece ser um dos maiores problemas conceituais que sua teoria da consciência enfrenta, pois as condições a partir das quais o mesmo expõe suas hipóteses permite que qualquer teoria H.O concorrente, por exemplo, *Higher Order Perception* ou *Higher Order Global States* tenham o mesmo valor explicativo e não é isso que seus autores pretendem; e sim concorrer pela hipótese mais viável. Mas devo reiterar aqui que a teoria H.O.T chama de fato mais atenção nessa seara pela exposição de outras diferenças a partir das quais expõe o fenômeno consciente, ou seja, as distinções entre consciência de criatura e de estado, consciência introspectiva e não-introspectiva e consciência transitiva e intransitiva.

Isso nos permite vislumbrar que algo inconsciente parece fazer parte de nossa configuração mental na medida em que se aponta, por exemplo, a simples diferença entre uma consciência apenas desperta a estímulos de outra consciente de se encontrar desperta aos estímulos; isso já aponta para dois níveis distintos de atenção. No nível de criatura parece não se estar ciente do fato de estar desperto. Ao passo que quando se está consciente desse mesmo estado esse nível de atenção não é o mesmo, ou seja, se está ciente de estar ciente de tal estado. A meu ver isso é, como já apontei em outro momento, uma qualidade que a teoria H.O.T apresenta. Permitindo que se responda positivamente a pergunta sobre se estados mentais inconscientes são um fato. O que acredito que seja. No entanto as fragilidades

⁵⁵ Ver: ROSENTHAL, 2011, p. 436.

⁵⁶ HARDCASTLE, 2004, p. 282.

⁵⁷ Refiro-me a postura do autor em relação ao fato de que ao relatar como o fenômeno consciente aparece fenomenologicamente para nós o mesmo já da seqüência sobre como estes fenômenos se organizam metapsicologicamente de uma forma relativamente segura, sem, no entanto, ter bases suficientes para fazê-lo dessa forma (nem mesmo conceituais); por isso suas hipóteses ganham um caráter de princípios axiomáticos.

descritas acima não diminuem a força da possibilidade de crença em uma parte inconsciente do mental que tais distinções pressupõem. Em suma, a teoria H.O.T parece nos oferecer descrições de fenômenos que são compatíveis com nossas intuições comuns. A meu ver, no que respeita a esse aspecto cumpre um papel explicativo do fenômeno consciente melhor que uma teoria neurofisiológica já pôde fazer; embora eu reconheça que as descobertas provenientes de estudos neurofisiológicos e observações empíricas de diversas ordens são por vezes interessantíssimas e inegavelmente coerentes, mas o objetivo de uma teoria filosófica sobre o fenômeno consciente parece ser o de oferecer uma explicação intuitivamente atraente acerca do mesmo e sobre isso creio que teorias fenomenológicas da consciência (como é o caso da H.O.T) cumprem, como já pontuei, melhor esse papel.

O que tem de ficar claro é que é prudente o diálogo ou pelo menos a constante observação das ciências empíricas pelos simples fato de que uma hipótese conceitual do fenômeno consciente (ex. mecanismo H.O.T) pode vir a ser superada por alguma nova descoberta da psicologia cognitiva, neurologia clínica, neurofisiologia dentre outras. Ainda em outras palavras não faz sentido uma hipótese conceitual que demonstre o contrário de uma contribuição aceita de modo contundente nas ciências empíricas (ex. construir inocentemente um argumento filosófico que contrarie a existência das funções dos neurônios por não conhecê-las). Se o filósofo da mente atualmente não for um observador das tendências das ciências empíricas pode vir a enfrentar sérios problemas. Em contrapartida se não há estudos empíricos que contrariem frontalmente suas hipóteses por assim dizer, essas podem até ser criticadas, mas não liquidadas por completo; nem suas diretrizes metodológicas podem ser rechaçadas completamente.⁵⁸

Outra das questões importantes tratadas no presente texto foi a da crítica ao que Rosenthal chamou de imagem cartesiana do mental. Vimos que na ocasião Rosenthal critica o que seria uma visão pré-sistemática do mental fomentada pelo pensamento cartesiano de que a *consciência enquanto acesso* seria por excelência a marca do mental. Isso nos leva a rejeitar a possibilidade de que possamos considerar uma parte inconsciente do mental. Ainda em outras palavras sobre esta ótica o que não for consciente não é mental. Vimos que alguns argumentos

⁵⁸ Não apenas Valerie Hardcastle (sobretudo, 2004) pretendeu isto, mas também Ned Block em trabalhos como (2001); (2005) e (2007). A título de curiosidade: Rosenthal (2011) inicia suas réplicas a Block com a seguinte epígrafe: “The report of my death is an exaggeration.” (Mark Twain, New York Journal, 2 June 1897).

de Rosenthal como a possibilidade da ocorrência de sensações corporais inconscientes e mesmo comparação entre eventos mentais com níveis distintos de atenção e introspecção nos apresentam algumas sutilezas convincentes em relação à validade da hipótese de uma parte inconsciente do mental. Isso obviamente choca-se com a imagem cartesiana e força de fato a uma tomada de decisão em relação a se nos tornamos conscientes (pressuposto necessário a uma teoria como a H.O.T) ou se nossa vida mental já pressupõe consciência. Eu prefiro crer na primeira das duas hipóteses. E particularmente acredito que atualmente a hipótese uma parte inconsciente do mental, seja pela influencia da Psicanálise ou de estudos empíricos relacionados à atenção aprendizagem e memória, é relativamente bem aceita. Destarte, a possibilidade de explicação sobre como nos tornamos conscientes de nossos estados mentais poderia ser validada ao passo que a partir do que Rosenthal selecionou como visão cartesiana não, pois ao falarmos de inconsciência falaríamos de algo não mental. Na ocasião vimos estas consequências em maiores detalhes. Como antes dito acho viável considerar uma parte inconsciente do mental. O que a meu ver não podemos afirmar com propriedade é se o modo de ser mais próprio do mental é inconsciente (o que em contrapartida da visão cartesiana do mental parece ser a posição de Rosenthal) ou consciente. Como afirmou HARDCASTLE, 2008,⁵⁹ ainda conhecemos pouco sobre processamentos inconscientes no mental para afirmarmos que nosso eu narrativo é formado predominantemente por manifestações dessa natureza; fenomenologicamente falando parecemos não saber muito também. Esse é um dos motivos pelos quais considero que a teoria H.O.T é frágil no sentido em que expõe algumas de suas hipóteses de modo axiomático. A meu ver é necessário cautela quanto a isso. (ex. H.O.Ts existiam enquanto eram inconscientes?). Ainda não há como ser assertivo quanto a essa questão. Mas aqui reitero, já quanto às distinções operadas por ROSENHTAL, 1986; 1997⁶⁰ estas são um modo sutil e intuitivamente aceitável de pressupor fenômenos mentais inconscientes, pois nesse caso não age como em relação aos H.O.Ts (quando tenta detalhar sua composição em termos de propriedades e do que se tratam exatamente), apenas se os descreve. Quando foge a essa prerrogativa a teoria H.O.T revela maiores fragilidades que quando apenas se reserva a descrever como alguns fenômenos parecem ser para nós (nisto sim vejo nela maiores qualidades).

⁵⁹ Ver: HARDCASTLE, 2008, p. 92.

⁶⁰ Distinções entre consciência de criatura e consciência de estado, consciência introspectiva e consciência não-introspectiva e consciência transitiva e intransitiva.

Também vimos surgir no texto à questão sobre se estados conscientes e inconscientes diferem apenas em termos da variação de seu conteúdo qualitativo e representativo (mas sendo ambos compostos pelos mesmos) ou em sua estrutura fundamental? Um posicionamento em relação a tal questão é de suma importância na medida em que apontará as razões que temos para concordar ou não com a perspectiva de Rosenthal de que tais estados diferem apenas em termos de variação de conteúdo contrariando a perspectiva de Hardcastle de que há, nas ciências empíricas, indicativos suficientes para sugerir o contrário, ou seja, estados mentais conscientes e inconscientes diferem uns dos outros em sua estrutura fundamental.⁶¹ No segundo capítulo explorei as consequências em se adotar a perspectiva de Hardcastle. São elas as seguintes: se as diferenças entre estados conscientes e inconscientes forem estruturais uma teoria como a H.O.T terá de desconsiderar um aspecto importante dentre suas hipóteses, a saber, na explicação entre as diferenças fundamentais desses estados, sugerir uma diferença na estrutura significa por o papel dos conteúdos em segundo plano teríamos então que focar na perseguição das diferenças estruturais (como sugere Hardcastle) para podermos delimitar suas diferenças reais. E mais, é contra intuitivo que tais estados sejam estruturalmente diferentes e possuam o mesmo conteúdo diferindo apenas em como seria a variação desse conteúdo num dado momento.

Talvez no futuro, descobertas mais precisas sobre as diferenças estruturais entre estados conscientes e inconscientes possam até revelar algumas similaridades de conteúdo entre tais estados ao mesmo tempo em que possa preservar alguma diferença de estrutura ou vice-versa; isso parece intuitivamente possível se pensarmos, por exemplo, em níveis representacionais de tais fenômenos, ou seja, como e quais propriedades qualitativas e ou representativas estão exatamente envolvidas em suas manifestações e em que níveis, pois o que exatamente representa essa diferença de estrutura fornecida por estudos sobre atenção, memória etc.? É neurofisiológica? É qualitativa e representacional, ou, no fim das contas as duas coisas? Mesmo que intuitivamente a sugestão de uma diferença na estrutura aponte para uma diferença de conteúdo, ainda é necessário cautela a uma resposta final. Mas o fato é que tal observação é uma consequência negativa para a teoria H.O.T pelo fato de que abala sua relativa segurança em relação a essas diferenças. A meu ver tem-se que pô-la em suspenso e

⁶¹ Rever anexo 1.

refletir mais acerca da natureza das diferenças entre estados conscientes e inconscientes. Não há resposta fechada sobre quais são elas.

Quero também reservar um momento desse capítulo para tratar da viabilidade das hipóteses que surgem da teoria dos múltiplos sistemas de memória de Hardcastle no sentido de apontar elas podem a meu ver contribuir com a questão do fenômeno mental consciente. Acredito que o que os estudos apresentados pela autora sugerem sobre a leitura dos processamentos conscientes e inconscientes, oferece base para que levemos em consideração o fato de termos que atribuir um lugar maior de importância a fenômeno da memória na explicação da consciência. Uma das maiores qualidades que essa teoria parece apresentar é trazer a tona a distinção entre sistema de memória automática e sistema de memória explícita como sendo respectivamente um responsável pelo processamento inconsciente e ou outro pelo processamento consciente. Exalto tal importância do fato de que mesmo tratando-se de resultados sugeridos por observações empíricas de diversos estudos, tal sugestão, além da aparente coerência também parece se adequar bem com nossa intuição acerca de como observamos o mundo a nosso redor. Sobre quando estamos envolvidos em eventos que parecem sugerir inconsciência ou consciência expressando níveis de atenção distintos. Parece correto admitir como (HARDCASTLE, 1995, p. 59), que ao comprovarmos “a interação de nossos sistemas de memória "conscientes" e "inconscientes" no processamento de estímulos recebidos”, seremos mais capazes de dizer algo seguro sobre a história causal da percepção consciente. Mais adiante ela expressa o espírito de sua especulação do seguinte modo:

Nosso objetivo final é desenvolver uma concepção abstrata, mas relativamente unificada da consciência, de modo que possamos prever regularmente sua aparência em um sistema físico (presumivelmente através do rastreamento de sua etiologia causal). (...) Essa concepção não pode, e provavelmente não irá, capturar a diferença experiencial entre os diferentes *qualias* dentro de uma única modalidade. No entanto, deve incluir o que separa pensamentos conscientes de inconscientes (em termos de eficácia causal, é claro). (HARDCASTLE, 1995, p. 83/ *grifo meu*).

Os estudos que exploram a percepção, processamento de informação e os processos mnemônicos, parecem sugerir sim um grupo de hipóteses acerca do processamento consciente e inconsciente, que merece de fato ser explorado. Nesse sentido venho reiterar também que é necessária a adoção desse tipo de pressuposto derivado de estudos observacionais, no entanto tendo em vista o importante papel que uma teoria fenomenológica de base

predominantemente conceitual vem a cumprir na explicação do fenômeno consciente, pois como já apontei em outro momento, essa última possui características que uma teoria como a de Hardcastle não possui, qual seja, propõe um retrato mais ou menos familiar de como nos tornamos conscientes de nossos estados mentais ao passo que a Teoria dos múltiplos sistemas de memória apenas sugere nossos processos mnemônicos como o lugar onde por excelência devemos iniciar estudos sobre a consciência; é por motivos como esse e pelo reconhecimento de que tal “concepção não pode, e provavelmente não irá, capturar a diferença experiencial entre os diferentes qualias”, como pontua a própria Hardcastle na passagem citada mais acima, que entra em cena a importância do papel explicativo de uma teoria fenomenológica de base conceitual como a H.O.T e como consequência a não diminuição de seu poder explicativo; justamente por que ele pode gerar em nós uma crença significativa sobre nossa vida mental consciente que a Teoria dos múltiplos sistemas de memória não pode. Claro que não se propõe a essa tarefa embora seja de suma importância. Pelo menos não nos moldes da teoria H.O.T de Rosenthal. Com essas breves observações foi possível ressaltar o que diferencia as duas teorias em questão no que respeita a sua importância explicativa, bem como o fato de que as duas possuem características indispensáveis à pesquisa filosófica da consciência. Não sendo possível, portanto neutralizar nenhuma das duas abordagens por completo. Como pontuei em outra oportunidade nenhuma das duas abordagens tem de partir necessariamente da outra, mas podemos encontrar razões para afirmar que em certo sentido as duas podem complementar-se entre si. Justamente por trazerem contribuições de naturezas distintas.

O último ponto a respeito do qual considere necessário tecer algumas considerações finais, é a questão sobre se de fato a concepção de que nosso mental tem algo de inconsciente é atualmente de difícil aceitação; refiro-me a se tanto na discussão especializada quanto em meio ao senso comum, o conceito de inconsciente ainda aparece realmente como algo contra-intuitivo e de difícil aceitação como pretende Rosenthal em algumas passagens de sua teoria da consciência. Embora seja notório que o conceito de inconsciente varia de significado a depender do contexto no qual aparece. Apenas a guisa de exemplo, trago algumas informações históricas acerca do contexto em que a obra *Interpretação dos sonhos* de Freud (que juntamente com as demais obras do mesmo é um dos marcos senão o maior marco ocidental da difusão desse conceito) teve uma acolhida inicialmente morna por parte do

público, para apenas depois ganhar a irreversível notoriedade que conhecemos; como nos relata o historiador e biógrafo Peter Gay:

(...) por algum tempo, *A interpretação dos sonhos* mostrou-se de pouco interesse geral: em seis anos, foram vendidos apenas 351 exemplares, e somente em 1909 foi lançada uma segunda edição. (...) É instrutivo comparar essa acolhida morna e insípida àquela recebida por outro clássico revolucionário que moldou a cultura moderna: *A origem das espécies*, de Charles Darwin. Publicado em 24 de novembro de 1859, quase quarenta anos antes do livro dos sonhos de Freud, sua primeira edição de 1250 exemplares foi totalmente vendida numa tarde, e logo seguiram-se novas edições revistas. (...) O livro de Freud, que se revelou igualmente subversivo, de início parecia apenas esotérico e excêntrico, iguaria para poucos especialistas. Qualquer esperança de rápida e ampla aceitação que Freud pudesse nutrir mostrou-se irrealista. (GAY, 2012, p. 21).

Sabemos que essa realidade descrita pelo autor supracitado é bem distante da que se construiu durante todo século XX e que hoje se tem acerca da obra de Freud e conseqüentemente do conceito de inconsciente. Essa perspectiva histórica pode nos fazer ver que o conceito e a noção de inconsciente não deve ser tão contra-intuitiva assim como ainda se pode pensar atualmente. Embora saibamos que o principal objetivo de Rosenthal é criticar a noção de *consciência enquanto acesso* como marca do mental, o mesmo chega a colocar que sob essa ótica em alguma medida se pode chegar a considerar algo inconsciente como não mental ou mesmo como uma *contradictio in adjecto*. O próprio Freud em seu *Compêndio de psicanálise*⁶², chega a ressaltar a diferença entre a imagem do aparelho psíquico que defende e em contraposição a dos filósofos, mas isso em um contexto em que ainda precisava se esforçar pela divulgação do seu pressuposto relativamente novo sobre o aparelho psíquico. Dizer que isso ainda hoje é assim, não parece sensato. Não pelo menos igual. Mas sobre esse ponto diz Rosenthal:

Freud estava bem ciente de que esta "equação... do que é consciente com o que é mental" raramente é explicitada, mas é tacitamente tomada como axiomática. Ainda assim, ele considerou que "o filósofo e o homem na rua", com efeito, adotam essa visão sobre a conexão entre consciência e mente. (...) para Freud parece certo que muitas pessoas tendem a equiparar a mente e a consciência. *Isso não é menos verdadeiro hoje do que no momento em que ele escreveu*. Apesar da enorme influência que os próprios pontos de vista de Freud sobre o funcionamento mental inconsciente tiveram em nós e, apesar dos resultados experimentais impressionantes e dramáticos em psicologia sobre a cognição inconsciente, muitos ainda insistem em que os

⁶² FREUD, 2014, seção: *Qualidades psíquicas*.

estados e processos mentais, devem ser devidamente chamados, conscientes. (ROSENTHAL, 2002, p. 227/ *grifo meu*).

Apenas acho que não parece adequado dizer que a dificuldade de pressupor uma parte inconsciente no mental hoje, seja a mesma que no tempo em que Freud propôs sua versão do aparelho psíquico. O próprio Freud parece ter logrado relativo êxito na tarefa a que se propôs. Como consequência disso, mesmo boa parte das pessoas não interessadas em debates especializados (senso comum); devem ter ou aceitar alguma noção mínima do que se quer dizer com inconsciente e se questionados devem ter uma noção de que isso é de alguma maneira parte do que somos. De certo modo parece notório que os chavões e vocabulário freudiano já são parte comum na linguagem do homem ocidental. Isso sem dúvida nos aponta alguma mudança. Pode até ser que de modo implícito temos a *consciência enquanto acesso* como uma influência maior em nossa intuição sobre o mental, porém disso não se segue que pensar algo inconsciente como sendo mental seja uma contradição em termos.

Portanto, essa dificuldade em pressupor algo que seja inconsciente e mesmo assim considerado mental, pode ser considerada como tendo uma dimensão menor que a pressuposta por Rosenthal, embora faça sentido nosso apego intuitivo é maior em relação à *consciência enquanto acesso*; por várias razões explicitadas ao longo do trabalho.

4. REFERÊNCIAS

ANDRADE M. OLIVEIRA, É. **A irreduzibilidade das paixões em Descartes.** (2017, no prelo).

BLOCK, N.; FLANAGAN O. & GÜZELDERE, G. **The nature of consciousness: philosophical debates.** London: Massachussets institute of tecnologia, 1997

BRENTANO, F. **Psychology from an empirical standpoint.** London: Routledge & Kegan Paul, 1995.

BROWNE, Derek. **Placing qualia in the head review of locating consciousness by Valerie Gray Hardcastle.** *Psyche*, February, 1997. Disponível em: <http://www.theassc.org/files/assc/2285.pdf> acesso em 23/06/2017.

DENNETT, Daniel C. **Consciousness explained.** Boston: Little, Brown and Company, 1991.

CHURCHLAND, P. S. The Impact of Neuroscience on Philosophy. In: **Neuron 60, November 6, 2008.**

FEYERABEND, Paul. **Against Method.** Third Edition, London: Verso, 1993.

FRANKL, V. E. **Em busca de sentido: um psicólogo no campo de concentração.** 4. ed.. Petrópolis: Vozes, 1983. Original data de 1945.

FREUD, Sigmund. Compêndio de psicanálise. In: **Compêndio de psicanálise e outros escritos inacabados.** Trad. Pedro Heliodoro Tavares. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

GAY, Peter. **Freud: uma vida para o nosso tempo.** Trad. Denise Bottmann, 2ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

GENNARO, Rocco. **Higher-Order Theories of Consciousness: An Anthology** (Advances in Consciousness Research), Amsterdam, 2004.

HARDCASTLE, Valérie Gray. **Constructing the self.** Amsterdam: Advances in Consciousness Research, V. 73/ John Benjamins Publishing Company, 2008.

_____. HOT theories of consciousness: More sad tales of philosophical intuitions gone astray. In; GENNARO, Rocco. **Higher-Order Theories of Consciousness: An Anthology** (Advances in Consciousness Research), Amsterdam, 2004.

_____. **Locating Consciousness**. Amsterdam: Advances in consciousness research/ John Benjamins Publishing Company, 1995.

KUHN, Thomas s. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Editora Perspectiva S.A, 5ª edição, 1998.

KRIPKE, Saul. A. **Naming and Necessity**. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1980, pp. 54-159.

McGINN, Colin. Can we solve the mind-body problem? In: **Mind**, v.98, p. 349-346, 1989.

_____. **The problem of consciousness**. Oxford: Blackwell, 1991.

_____. Consciousness and space. In: **Journal of Consciousness Studies**, v. 2, n. 3, p. 220-230, 1995.

NAGEL, Thomas. What is it like to be a bat? The philosophical review 83, 4 (October 1974): 435–450; **reprinted in Thomas Nagel, Mortal questions (165–179)**. Cambridge: Cambridge University Press, 1979.

ROSENTHAL, David. **Exaggerated reports: reply to Block**. In: Analysis Vol. 71, Number 3, July 2011, pp. 431–437. Disponível em: <http://www.nyu.edu/gsas/dept/philo/faculty/block/papers/Rosenthalreply.pdf> em 20/06/2017.

_____. Consciousness and the Mind. In: **The Jerusalem Philosophical Quarterly 51: 227–251**, July, 2002.

_____. Varieties of higher-order theory. In: GENNARO, Rocco. **Higher-Order Theories of Consciousness: An Anthology** (Advances in Consciousness Research), Amsterdam, 2004.

_____. A Theory of Consciousness. In: BLOCK, N.; FLANAGAN, O.; GÜZELDERE, G. (Eds.) **The Nature of Consciousness: philosophical debates**. Massachusetts Institute of Technology, 1997.

_____. The Independence of Consciousness and Sensory Quality. In: **Philosophical Issues, vol. 1, Consciousness, p. 15-36**, 1991.

_____. Two Concepts of Consciousness. In: **Philosophical Studies**. vol. **49**, p. **329-359**, 1986.

RYLE, G. **The concept of mind**. Oxford: Oxford University Press, 1950.

SMITH, David. The Structure of (Self-) Consciousness, **Topoi** **5**, **2** (September): **149-156**, p. **50**, 1986

SEAGER, William. A cold look at HOT theory. In: GENNARO, Rocco. **Higher-Order Theories of Consciousness: An Anthology** (Advances in Consciousness Research), Amsterdam, 2004.

VAN GULICK, Robert. A Functionalist Plea for Self-Consciousness, **The Philosophical Review**, **97**, **2** (April): **149-181**, 1988.

5. ANEXOS

1. *Processing Attributes of SE and ST Memory* (in: **HARDCASTLE, 1995, p.83**):

SEMANTIC MEMORY	STRUCTURAL MEMORY
Amnesics can't form	Amnesics show effects
Attentional effects	No attentional effects
Directed forgetting	No directed forgetting
Effects decay over time	Little decay over time
Graphemes important	Graphemes important
Levels of processing effects	No Levels of processing effects
Need fewer cues for recall than for priming	No data available
Only one interpretation active at a time	Multiple structural "interpretations" possible
Shows AB, AC interference	No AB, AC interference
Requires elaborative processing for storage	Requires minimal processing for storage
Little affective priming	Affective priming
Slower, controlled identification	Automatic, rapid identification
Few exposure duration effects	Exposure duration effects
Storage of environmental contexts	No storage of environmental contexts